

ANTÓNIO DE OLIVEIRA



01

POR JOAQUIM VIEIRA

**SALAZAR**

**RETRATOS POLÍTICOS**

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

**SÁBADO**



**ANTÓNIO DE OLIVEIRA**

# **SALAZAR**

**POR JOAQUIM VIEIRA**

**SÁBADO**

*Coordenação editorial*

João Pombeiro

*Revisão*

João Alexandre

*Capa e paginação*

PixelReply.pt

*Fotografia de capa*

Keystone Press/Alamy Stock Photo

/Fotobanco.pt

## **RETRATOS POLÍTICOS**

### **Breves Biografias de Políticos Portugueses**

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2024 | Medialivre, 2024

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-31-7

Impresso em março de 2024 na Jorge Fernandes.



[WWW.REVERSOEDITORA.PT](http://WWW.REVERSOEDITORA.PT)



António de Oliveira Salazar, aos 79 anos.  
Retrato datado de 9 de setembro de 1968.



# A DITADURA DE CÁTEDRA



# ÍNDICE

09	INTRODUÇÃO
13	RAÍZES
23	COIMBRA
37	POLÍTICA
49	FINANÇAS
57	CONTAS CERTAS
69	ESTADO NOVO
83	ESPAÑA
93	GUERRA MUNDIAL
101	CONTINUIDADE
113	SOBREVIVÊNCIA
127	NAUFRÁGIO
137	BIBLIOGRAFIA



# INTRODUÇÃO

Salazar foi um génio político como raramente houve em Portugal. O que conta para esta avaliação, que se pretende objetiva e não tem que ver nem com uma adesão ao salazarismo nem com a sua rejeição, é a forma como ascendeu ao poder, como o estabilizou e consolidou e como o manteve durante décadas, só o tendo abandonado, não por afastamento compulsivo, mas por imperativo clínico.

Na subida aos lugares cimeiros, começou por mostrar indiferença, desdém mesmo, pelo exercício do múnus governativo, apesar de estar consciente de ser ele a melhor solução no contexto de ditadura em vigor e que o então professor de Coimbra advogava. Essa relutância, associada à imagem do detentor único de uma chave para a saída do imbróglgio nacional, tornou-o desejável, mais do que qualquer outro, para o exercício de altas funções, que quem tinha a força (mas não o saber) acabou por lhe implorar que aceitasse.

Aceitou, começando pela sua especialidade, as Finanças, de que se tornara catedrático não por via da formação económica mas pelo Direito. E o seu primeiro combate foi justamen-

te a reposição do equilíbrio das contas públicas, um mantra nacional que vinha de final do século XIX, fora comungado no início do século XX pelo republicano Afonso Costa e se projetaria até ao século XXI com a aplicação do programa de uma *troika* externa.

Nesse plano, Salazar foi implacável no rigoroso cumprimento da sua vontade, cumprindo com êxito o plano já antes por ele delineado, por muito sofrimento que o exercício causasse à comunidade (como sempre com qualquer programa de ajuste financeiro).

Abriu assim o caminho para o seu triunfo global, que ele desde logo ambicionara, percebendo (e fazendo perceber aos outros) que a questão não era só de contas, mas de legitimação institucional de um sistema de domínio ditatorial sobre todo o país (ou Nação, usando o termo que preferia). E, tendo-se revelado como «o mago das Finanças», só ele podia ser «o mago da Nação».

Acabou pois por receber de bandeja a chefia do governo, aí se revelando o político que sempre disse que não era. O segredo da sua longa manutenção no poder esteve na capacidade com que, desde início, construiu uma coligação de diferentes forças políticas e sociais que foi gerindo com equilíbrio e que foram sustentando o seu regime e a sua governação.

Como «presidente do Conselho», os seus créditos junto da população foram conquistados quando caminhou sobre brasas para poupar o envolvimento do país em dois morticínios avassaladores e consecutivos: a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial. Sensível à direção dos ventos, namorou com o fascismo durante o primeiro dos conflitos para se moderar com o outro. Ao «viver perigosamente» que Mussolini fora buscar a Nietzsche, contrapôs o seu muito lu-

sitano «viver habitualmente», consoante afirmou a Christine Garnier em 1951.

Claro que a longevidade de Salazar na chefia daquilo que cunhou como «Estado Novo» nunca teria sido possível sem a ativa proteção do vasto aparelho repressivo que montou, desde uma feroz polícia secreta à proibição de partidos e da sua propaganda, ao condicionamento dos atos eleitorais, à censura à imprensa e aos espetáculos, à apreensão de livros, à perseguição das ideias, ao saneamento político da academia, à montagem de um aparelho judicial dócil, obediente e submisso ou à criação de leis de exceção para colocar e manter os adversários na prisão.

Mas também foi uma realidade que Salazar soube manter a rédea curta sobre os portugueses com a folga suficiente para que não fossem tomados pela ânsia da revolta coletiva (o que só o assustou uma única vez, com a candidatura presidencial de Humberto Delgado). Nem mesmo quando ele já se tinha envolvido sem remissão no atoleiro africano isso aconteceu. Vale a pena sublinhar: o ditador não foi apeado por uma revolução, mas pela queda de uma cadeira.



# RAÍZES

«Devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna.»

Discurso à União Nacional, Porto, 6 de janeiro de 1949.

Só os príncipes têm o destino traçado ao conhecerem a luz do dia. O berço de António de Oliveira Salazar, no retrógrado e imóvel ambiente rural da Beira interior, num Portugal monárquico dominado por castas familiares e políticas, nunca auspiciaria grandes voos futuros. Mas também sabemos como muitos conseguem dar a volta ao destino.

O próprio nascimento do homem que dirigiria o Estado português nas décadas centrais do século XX, pelas 15h de 28 de abril de 1889, em casa dos pais no Vimieiro, pequena povoação contígua a Santa Comba Dão, foi uma improbabilidade, dados os 43 anos da mãe, Maria do Resgate Salazar, ousando sem meios de assistência uma gravidez já perto do limite da idade fértil. Do seu matrimónio, em 1881, com António de Oliveira, quase sete anos mais velho, já haviam resultado quatro meninas, mas esta seria a derradeira hipótese de ambos gerarem um varão – no que tiveram sucesso, tendo o parto sido normal.

Possuindo a sua courela numa terra de abundância, o casal, distinguido pela seriedade, a retidão e o apego à fé católica,

vivia acima do limiar de pobreza que então marcava o cam-pesinato português, sobretudo porque António de Oliveira era feitor de uma família de abastados proprietários rurais da região, os Perestrelo, donos de terras e outro património fixo desde Viseu a Coimbra. Foram aliás dois membros dessa família (pai e filha) que apadrinharam o recém-nascido ao ser batizado, a 16 do mês seguinte, na igreja paroquial da freguesia do Vimieiro (embora estando ausentes, sendo representados na cerimónia por um carpinteiro de Santa Comba e a mulher).

Ao contrário da norma nacional, nos registos a criança levará como apelido final – mais sonante – o da mãe, por possível determinação de Maria do Resgate (a Ti Mariquinhas, como era conhecida na terra), senhora de personalidade mais forte, organizada e autoritária do que a do marido (que dava pelo nome de Ti António Feitor). O patronímico Salazar, de origem espanhola, possuía de resto ressonâncias aristocráticas, que se haviam dissolvido na ascendência de Maria do Resgate em resultado de diversas bastardias.

O *Sud Expresso*, comboio que fazia a ligação Paris-Lisboa, inaugurado dois anos antes de António Salazar nascer, parava ali perto, na estação de Santa Comba, mas escassos eram os traços de cosmopolitismo que deixava numa terra mais arreigada à tradição e ao conformismo rústicos.

Aproveitando a localização da residência, de piso térreo, à beira da estrada que ligava Santa Comba à gare ferroviária, o casal, perante a necessidade de sustentar a prole, comprou entretanto ao lado outra pequena habitação para abrir uma casa de pasto e uma venda de produtos básicos (vindo ainda a alugar quartos em mais uma casa contígua e numa antiga escola que as suas poupanças permitiram ir adquirindo).

Maria do Resgate tomava conta da venda e dos alojamentos ao mesmo tempo que o marido fazia os trabalhos do campo. António de Oliveira também compunha o orçamento familiar intermediando a venda de terrenos para construção.

Tal como a irmã mais velha, Marta do Resgate, as feições do jovem António aproximavam-se mais das da mãe, por quem ele nutrirá também mais afeto do que pelo pai. Dela herdará ainda os traços de personalidade, o rigor, a exigência, a austeridade. Preferia estar em casa a brincar com as irmãs em vez de procurar amigos na vizinhança, revelando desde cedo sinais de timidez, fragilidade e ensimesmamento. Mas, já um pouco mais velho, ajudará o pai nas lides rurais. Aprende a apreciar flores e, acima de tudo, pássaros. Rompe em pranto quando lhe foge da gaiola um dos seus pintassilgos, que logo substitui. O ar sisudo fá-lo parecer mais velho e responsável do que a idade infantil que tem.

A família podia dar-se ao luxo de garantir aos filhos os estudos básicos, mas o pequeno António, ingressando na escola elementar de Santa Comba aos sete anos, não se dá bem por lá e passa a ter aulas particulares no Vimieiro com um professor que prepara as crianças da terra para os exames primários nacionais. Salazar presta essas provas em Viseu aos 10 anos, mas por alguma razão o seu exame escrito é sofrível, sendo avaliado com a nota mínima: 10 valores numa escala até 20. Brilha contudo na oral, onde alcança 18 valores, retendo a nota final de 14. Haveria de lamentar o traumatizante deslize da prova escrita, que o impediu de terminar a primária com a classificação de «distinto».

Não está em dúvida a sua capacidade de aprendizagem, já observada pelos adultos. A criança merece continuar os estudos, mas uma mãe protetora receia entregá-lo às feras no

liceu de Viseu, o mais próximo, situado a uns 30 quilómetros, além de que se tornaria já um pesado fardo financeiro para a família. Os pais terão planeado então para o filho uma carreira no comércio, pondo-o talvez a treinar na sua própria loja. No entanto, o pároco do Vimieiro, António Nunes de Sousa, que batizara Salazar e é um confidente da família, avança com outra solução: internar o rapaz no seminário da diocese de Viseu.

Transformar em seminarista um dos filhos, para garantir estudos sem custos e um eventual futuro eclesiástico (uma promoção social), é à época em Portugal o desiderato das frequentes famílias rurais de proles numerosas. O casal Salazar-Oliveira não fugirá a tal desígnio. Passado o verão de 1900, o jovem António ingressa no seminário de Viseu.

Revela-se um aluno responsável, aplicado, cumpridor e interessado pelas matérias, que suscita o acompanhamento do diretor. Não deixa cadeiras para trás, e na maior parte é aprovado com «distinção». Sendo melhor a Português, Francês e História do que a Geografia ou Matemática, termina em 1905 o preparatório, que o habilitará a prosseguir para a formação clerical, entrando por isso no curso teológico.

Em maio desse ano, enleva-se por uma rapariga que em Viseu termina a formação de professora primária e dá explicações à sua irmã Marta do Resgate, aspirante à mesma profissão. Dois anos mais velha do que António, Felismina Oliveira cruza com ele o primeiro olhar na gare ferroviária de Viseu, quando aguarda a chegada de Marta, vinda da terra com o irmão. A própria descreverá o *coup de foudre*: «E ficámos os dois, uns instantes, de olhos nos olhos, estáticos, talvez ávidos de nos conhecermos pessoalmente um ao outro...» Acrescentará como o acontecimento foi importante para am-

bos: «Aquele primeiro encontro na estação marcou a início da parte romântica da minha vida. Talvez da nossa vida.»

Marta aloja-se na casa de Felismina, que Salazar por vezes visita, mas noutras ocasiões vão elas vê-lo ao seminário, recordando-se a apaixonada de o ver aparecer «de batina, apressado e sorridente, com os pés um pouco metidos para dentro, dando ao andar o aspeto de querer ser leve, assentando apenas, deslizando, a parte anterior daqueles». E a completar a imagem: «Era muito pálido, moreno, magrinho e alto, comia pouco e nós levávamos-lhe de casa castanhas assadas e marmelada.»

Explicará a futura professora primária que Salazar fica a um passo de se declarar amorosamente, revelando um traço de carácter que ela confirmará no futuro: «Tem sido toda a vida dele aquela maneira de dizer cautelosa, avançando aos poucos e recuando às vezes, nunca se comprometendo claramente. Timidez? Cálculo? Julgo que extrema delicadeza para com os sentimentos dos outros.» O seminarista é porém mais afoito quando lhe escreve em carta, chegando a perturbá-la: «A vida de lavrador é a mais bela. Andar a trabalhar nos campos, regressar à tarde a casa e encontrar os braços da esposa à sua espera é... é mudar esta vida num Paraíso e **Vós podeis mudá-la** [sublinhado do próprio].»

Também Felismina hesita na paixão, temendo convocar a ira divina por desviar um futuro padre para a vida secular. Com o silêncio de ambos, nada se aprofunda mesmo quando ela, terminado o curso, vai passar férias de verão à casa de Salazar no Vimieiro (onde o jovem já é tratado com a deferência devida a um futuro sacerdote) e o sente atrevido: «Pelos caminhos, segurava a minha mão na dele, enlaçava-me pela cintura e seguíamos assim os dois como se fôssemos um par de

namorados.» Ou de novo em Viseu: «Eu tinha as mãos atrás das costas; ele foi-mas lá buscar, apertou-mas muito e, em seguida, colocou uma das dele entre as minhas. Compreendi e... cedi. Pela primeira vez, apertei intencionalmente a sua mão, embora com certa leveza. Mais, seria pecado!...»

Nos estudos, Salazar desenvolve uma solidez intelectual que passa pela avidez da leitura, a reflexão e o poder de exposição e argumentação. O mérito leva-o a ser escolhido para discursar ao assinalar-se uma efeméride no seminário, com a presença do bispo de Viseu. É disciplinado, mas não se furta a explorar com os colegas os limites das normas: estando os alunos proibidos de entrar no quarto dos outros, troca à noite mensagens com os mais próximos em papelinhos enfiados sob as portas.

Chega a obter a média mais alta do seu ano, e é também o aluno que recebe melhor classificação quando termina Teologia em 1908, com distinção e a nota final de 16 valores. A finalização do curso permite-lhe tomar na altura ordens menores. Na verdade, só a idade o impede de exercer já em pleno as funções sacerdotais, como dizer missa e ministrar sacramentos. Para os conterrâneos, no entanto, ele é já o «padre Salazar».

Portugal vive em transe esse ano, com o assassinio, logo a 1 de fevereiro, do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro por conspiradores republicanos. Tendo enviado antes uma carta de apoio a João Franco, o chefe de governo cuja atuação serviu de pretexto para o regicídio, Salazar não toma posição explícita no cisma entre monarquia e república, cada vez mais intenso na sociedade portuguesa, mas assina no bissemanário viseense *A Folha* diversos artigos em que defende os valores católicos, achando inconcebível que «alguém possa

ser católico na Igreja e ateu junto à urna» e criticando a imprensa republicana, «o nosso maior inimigo, porque é o inimigo da Pátria, é o inimigo da Religião, é o inimigo de tudo o que há de bom, de tudo o que há mais santo e mais sagrado». Também se dedica à poesia, publicando no mesmo periódico um poema intitulado «A uma rosa».

Hesita quanto à carreira clerical, e em 1909 opta por ingressar como prefeito no colégio da Via Sacra, a apenas 200 metros do seminário de Viseu, onde o ambiente permanece de grande fervor católico, embora o diretor, cónego António Barreiros, permita maior abertura, empenhado que está em adotar os modernos métodos de ensino.

A biblioteca do cónego, que Salazar consulta com avidez, permite-lhe aprofundar o conhecimento de filósofos e sociólogos conservadores (em particular Gustave Le Bon) e analisar os diferentes sistemas educativos europeus. Estuda também as influentes encíclicas do Papa Leão XIII (finado em 1903), base doutrinária para conformar a ação social da Igreja no século recém-nascido e a sua relação com a política. A encíclica mais determinante, *Rerum Novarum*, de 1891, acerca da condição operária, condena a luta de classes enaltecida pelo marxismo, os ataques à propriedade privada, o socialismo e o comunismo como elementos destruidores da célula sagrada que é a família, mas ao mesmo tempo ataca também o liberalismo económico como desfavorável aos fracos e desprotegidos, advogando a intervenção estatal na proteção dos trabalhadores e a concertação entre associações patronais e laborais com vista a resolver questões sobre salários e condições de trabalho. Exclui ainda a greve como método de resolução dos conflitos, devendo o Estado estar investido da autoridade legal necessária à prevenção da instabilidade

social. É uma grelha para o corporativismo, mais tarde em ascensão na Europa latina.

Nasce também da doutrina de Leão XIII o conceito de democracia-cristã, em oposição à social-democracia então muito em voga em meios intelectuais e laborais tributários de Karl Marx. «Nenhuma sociedade pode existir sem um chefe supremo», estipulara o Papa, que defendeu entre o poder político e o eclesiástico, embora separados, «um sistema de relações bem ordenado». Garantiu ainda que «os princípios modernos de liberdade desenfreada» contrariam o direito cristão e o direito natural, que o Estado não pode ser reflexo da «multidão soberana», que «a liberdade de pensar e publicar os próprios pensamentos, subtraída a todas as regras, não é por si um bem de que a sociedade se tenha de felicitar, antes a fonte e a origem de muitos males» e que «será útil e louvável que os católicos estendam em geral a sua ação [...] e se cheguem aos grandes cargos do Estado».

Convidado por António Barreiros para proferir uma conferência a propósito do 1.º de dezembro de 1909, Salazar revela-se nela desiludido com os portugueses («trabalhar o menos possível sob a tutela do Estado que lhe garanta o suficiente à vida, eis o sonho, o belíssimo sonho do preguiçoso português!») e preconiza, com «métodos de ensino» eficazes, uma reforma de mentalidades com vista a uma atitude mais exigente e rigorosa («inglesar, se assim me posso exprimir, as sociedades latinas»), defendendo como crucial o protagonismo das elites («são as ideias que governam e dirigem os povos; e são os grandes homens que têm as grandes ideias»).

Crê, sobretudo, no renascimento da pátria: «Há necessidade de os portugueses de ontem fazerem da mocidade o glorioso Portugal de amanhã – um Portugal forte, um Portugal

instruído, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo! Será preciso para isso amar-se muito a pátria? Oh! É preciso amar sempre a pátria, e, como nós amamos muito as nossas mães, amemos também a nossa pátria, que é a grande mãe de todos nós!»

Continua também dedicado à poesia, que escreve sob pseudónimo na imprensa local. Terá mesmo publicado um livro de poemas, que intitulou *Ais*, mas cujos exemplares disponíveis terá depois adquirido para os destruir.

A frequência universitária surge-lhe como opção. Para testar essa possibilidade ou mesmo para se habilitar, faz em 1909, como aluno externo, os exames do primeiro ciclo do liceu, sendo aprovado «com distinção e nota final de 19 valores», seguindo-se no ano seguinte o segundo ciclo, em que obtém a média de 17 valores, e, apenas uma semana depois, o curso complementar de Letras, para lhe ser atribuída classificação de idêntico escalão.

Salazar fica assim com as portas do ensino superior abertas, e é nesse verão que, em Santa Comba, decide de vez não tomar ordens maiores e esquecer a vocação sacerdotal, preparando-se ao invés para rumar a Coimbra, então ainda a sede da única universidade portuguesa.

Felismina, que nas férias estivais continuava a frequentar o Vimieiro na vã esperança de alimentar um romance estagnado, tomará nota da autoridade que já emanava do jovem de 21 anos, mas também do prestígio social que conquistara: «Para os da casa era oráculo e estremeciam-no; os outros parentes adoravam-no; era respeitado pelos estranhos. [...] Admirado e querido por todos, espalhou-se a sua fama de rapaz extraordinário e, nas famílias onde havia meninas, pensava-se nele com certo interesse.»



# COIMBRA

«Portugal é atualmente um cataclismo em marcha. Acordaremos? Salvar-nos-emos?»

Artigo no *Imparcial*, 14 de março de 1912.

Salazar ingressa na universidade escassos dias após o 5 de Outubro. Como a revolução republicana – já se sabe – chegou à província por telégrafo, ele ainda terá observado em Coimbra os efeitos da mudança de poder, com os estudantes a invadirem a Sala dos Capelos, a desfazerem os seus cadeirais e a rasgarem as togas dos lentes, num sinal de revolta contra a rigidez das normas da universidade monárquica, que passou também pela extinção da Faculdade de Teologia e pela abolição do foro académico e dos cerimoniais académicos, assim como da obrigatoriedade do uso de capa e batina.

Essas medidas e outras foram confirmadas a 23 de outubro pelo novo reitor, Manuel de Arriaga (guindado no ano seguinte ao cargo de primeiro Presidente da República eleito à luz da nova Constituição), e pelo ministro do Interior, António José de Almeida, numa reunião de lentes e estudantes convocada para a mesma Sala dos Capelos, onde Salazar poderá também ter estado presente.

Nada desta balbúrdia o demoveu do seu conservadorismo, antes lhe terá arreigado mais as convicções. Não espanta que

cedo se tenha inscrito como membro do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), associação de estudantes universitários católicos fundada em Coimbra uma década antes, sob a influência doutrinária de Leão XIII.

Difícil será saber se, tendo Salazar começado por se matricular no curso de Letras, foi o tropel de acontecimentos que motivou a sua opção por se transferir para Direito logo nos primeiros tempos na universidade.

Mas é aí, com a relativa maturidade dos seus 21 anos, um pouco acima da média etária dos colegas, que o jovem de Santa Comba, circunspeto e ponderado, começa a distinguir-se pela facilidade na absorção das matérias. Não desperdiça também certas facilidades académicas decididas pelo poder republicano para completar cadeiras em tempo inferior ao tradicional e recuperar os anos perdidos por ter entrado mais tarde. As suas elevadas classificações permitem-lhe, já em 1912, receber prémios da faculdade por decisão unânime de um júri de catedráticos.

Por essa ocasião, está no auge a sua militância no CADC, a cuja direção pertencerá mais tarde e onde se toma de amizades por um padre minhoto, cinco meses mais velho, também a cursar na universidade, tendo feito trajetória inversa, ao mudar de Direito para Letras: Manuel Cerejeira. São feitos opostos – discreto e macambúzio Salazar, emotivo e exuberante Cerejeira –, mas convergem no ativismo católico advogado por Leão XIII, não hesitando em entrar nos combates ideológicos que dilaceram a República, então ao rubro.

Ambos participam no lançamento, em 1912, do jornal *Imparcial*, «semanário dos estudantes católicos de Coimbra» e extensão da sua frente de luta, que é dirigido por Cerejeira e conta com intensa colaboração de Salazar. Logo a 14 de

março, menos de um mês após a fundação do periódico, o aluno de Direito exprime nas suas páginas, sob o pseudónimo *Alves da Silva* (apelido do carpinteiro que representou o padrinho no seu batismo), o desânimo pelo rumo da jovem república, num artigo intitulado «Tristezas não pagam dívidas»: «A situação presente do nosso país não dá alento a voadouros de esperança nem reacende na alma patriótica os frémios impetuosos que na trajetória olímpica da nossa raça traçaram quadros eloquentes de epopeia. [...] Portugal é atualmente um cataclismo em marcha. Acordaremos? Salvar-nos-emos? Eis a grande, a tremenda incógnita do futuro, cujas responsabilidades impendem – todas! – sobre os desnorteados mandões, que arremangados querem decepar os mais vigorosos bracejos da alma portuguesa, e empurrá-la depois para a histórica vala onde se decompõem as nações combalidas e moribundas!»

Os monárquicos puxam o *Imparcial* para o seu lado da barricada, mas Salazar opta por não se comprometer acerca das opções de regime: parece ser mais determinante para ele a defesa da liberdade de ação da Igreja (ameaçada, é certo, pelo laicismo republicano) do que tomar posição quanto à dicotomia monarquia/república. Essa neutralidade é aliás recomendada pela própria Igreja, já por causa disso escaldada por apertos sofridos em anteriores ocasiões históricas, fosse em Portugal ou alhures.

Prefere assim escrever no semanário sobre o tema que já o apaixonou desde Viseu, a reforma do ensino, defendendo a perspectiva anglófila, ou contra a anexação da Igreja de S. João de Almedina, em Coimbra, ao Museu Machado de Castro, envolvendo-se com Cerejeira na campanha daí decorrente, que incluirá atritos com estudantes republicanos e uma ida a

Lisboa, em comissão, para protestar junto do executivo (acabando os católicos por ganhar a causa).

Salazar arranca em 1913 notas de 18 e 19 valores, dando nas vistas no exigente ambiente da Faculdade de Direito e causando impacto na cidade – está em formação um futuro lente, carreira quase inevitável de tão brilhante aluno. A fama atrai as atenções femininas, que o estudante beirão não desdenha ao frequentar os salões da melhor sociedade coimbrã, sobretudo a casa dos Perestrelo, centro de vida social em cujos convívios e saraus costuma marcar presença.

Durante as férias estivais no Vimieiro, aparece a uma decepcionada Felismina o seu fugidio apaixonado na companhia de um grupo de raparigas que se alojam na mansão dos Perestrelo: «Via-as fazer grande chilreada de volta dele, que correspondia com muita satisfação.»

Na cidade universitária, Salazar tem de reforçar o seu austero orçamento através de explicações dadas a estudantes liceais e depois a universitários. Uma das explicandas é Júlia Perestrelo, filha da madrinha, que frequenta um colégio de freiras em Coimbra e que ele ensina gratuitamente (assim como os seus dois irmãos), dada a relação entre as famílias e as refeições que os parentes da jovem costumam oferecer ao filho do feitor. A diferença de idades entre tutor, já perto dos 25 anos, e pupila, a rondar ainda os 16, não impede que cedo se crie entre ambos um laço afetivo.

A mãe da jovem desconfia quando Salazar encomenda à rapariga uma composição sobre o amor, e adverte-o: «Acha que isto é tema apropriado para uma menina?» Os apaixonados redobram cautelas até que uma tarde, enquanto ela pratica piano, ele lhe mete entre as partituras um papelinho com uma mensagem amorosa. A manobra não passa despercebida

à dona da casa, que põe o afilhado na rua remetendo-o, apesar do brilhantismo académico, à sua condição de filho de feitor, que se atreveu a subir a escada social ofendendo quem estava por cima.

Ressentido, Salazar diz adeus à sua relação com a adolescente e jura a si mesmo tudo fazer para nada ficar a dever ao clã Perestrelo. Propenso à prostração, fecha-se no modesto quarto que aluga em profunda crise psicológica, afetado por enxaquecas e sem poder ver a luz do dia, acabando por ser resgatado por Cerejeira. O padre já avisara o amigo íntimo que quem, como ele, estava destinado a altos desígnios espirituais não podia deixar-se envolver por paixões femininas, tendo-o até admoestado quando publicou no *Imparcial* um poema intitulado «Ela» a pensar na jovem Júlia, algo que o outro julgava impróprio de um ativista católico.

A saída que Cerejeira propôs a Salazar para pôr fim aos devaneios amorosos e às depressões consistiu em convidá-lo para viverem juntos, mudando o amigo para o antigo convento onde ele habitava, situado na Rua dos Grilos, e a que por isso chamam «Palácio» ou «República» dos *Grilos* (apesar de demasiado modesto para merecer a primeira designação e pecado para a segunda). Salazar aceita de bom grado a proposta, ficando a partilhar com Cerejeira o segundo andar do edifício (onde tem direito a três divisões), o que muito lhe facilitará a vida futura em Coimbra.

À época, o santacombadense é já um dirigente influente do CADC, gozando de um prestígio que começara a crescer ao proferir, no final de 1912, uma palestra na cerimónia de reabertura da associação, após mês e meio de fecho forçado pelas autoridades civis. Apresentando-se como «obediente soldado democrata-cristão», enunciou então um quarteto de

valores supremos do movimento religioso juvenil – «Deus, Pátria, Liberdade, Família!» – que dois anos depois, escolhido para apresentar a conferência de encerramento do II Congresso da Juventude Católica, no Porto, sob o mote «A Democracia e a Igreja» (depois de ter também intervindo nas festas católicas de Braga no fim de 1913), haveria de transformar em seis – «Deus, Pátria, Família! – Religião, Glória, Amor!» –, pondo de parte a liberdade.

Não a esqueceu, porém, no discurso: aceitava-a com a ressalva dos «atos que, favoráveis à liberdade, levam à destruição da própria sociedade organizada», sendo por isso «fácil que uma lei ou um ato de governo tenham de contradizer a liberdade individual». O mesmo quanto à democracia, «conquista legítima, [...] movimento de reação contra uma ordem das coisas fundada no privilégio e na desigualdade, no poderio das classes nobre e eclesiástica», resultando em «ascensão constante das classes baixas» e numa «participação cada vez mais lata e intensa na administração do Estado», que contudo corria o risco de criar novos privilégios: «As camadas mais baixas julgaram erroneamente que tinha chegado a sua vez.»

Reafirmou o conferencista não haver incompatibilidade dos católicos com qualquer regime fiel «à honestidade e à justiça» («não nos é permitido em nome do Evangelho aclamar a Monarquia ou detestar a República»), o que não era o caso da república portuguesa, que não garantiria tais valores.

A sua intervenção refletia um estudo profundo da História e dos tratados de sociologia política, passando pelos franceses Alexis de Tocqueville, um observador oitocentista do sistema democrático, e o coevo Charles Maurras, pensador monárquico de extrema-direita, que mencionou na conferência como «um génio de lógica», mostrando a influência que dele

bebia (até por ser leitor regular de *L'Action Française*, jornal por ele dirigido e porta-voz de um movimento com o mesmo nome).

Mercê dos estudos acelerados e dos benefícios introduzidos pelo novo regime, Salazar, em 1914, consegue completar em quatro anos um curso programado para durar cinco. Termina a licenciatura com a rara classificação de «muito bom, com distinção, e 19 valores». Em toda a graduação, a nota mais baixa que recebera fora um 16, atingindo o 19 em 11 ocasiões e somando uma sucessão de prémios. Trata-se de um feito excecional em Coimbra, muito comentado na cidade e celebrado com entusiasmo em Santa Comba, chegando os ecos até Viseu.

O recém-licenciado opta pelo que já antes se configurava inelutável: seguir a carreira de professor de Direito em Coimbra. Começa por isso por concorrer a assistente, escolhendo as cadeiras de Ciências Económicas e Financeiras, de cujo único catedrático, José Marnoco e Sousa, fora o aluno favorito.

Prepara diligentemente as duas dissertações científicas a que as regras obrigam para alcançar o lugar. Numa delas, «Questão cerealífera – o trigo», compulsa relatórios e estatísticas para concluir que, ao invés de se dedicar a produzir o cereal, em solo e clima pouco vocacionados para o efeito, Portugal devia orientar-se para outras culturas mais adequadas ao seu perfil geográfico e que estavam a perder expressão: vinha (e vinho), legumes, fruta e flores. No outro trabalho académico, «O ágio do ouro – sua natureza e suas causas (1891-1915)», Salazar preconiza o reequilíbrio da balança de pagamentos do país, tradicionalmente deficitária.

No fundo, as duas teses convergiam no mesmo sentido: tornar o país economicamente autossuficiente e sustentável,

até para melhorar a sua credibilidade no sistema financeiro internacional. «É programa nacional e não político desenvolver ao máximo todos os elementos de produtividade e riqueza que façam de Portugal um definitivo credor do estrangeiro», concluirá na segunda das dissertações.

Quando o júri se prepara, já em 1916, para avaliar os ensaios submetidos por Salazar, morre Marnoco e Sousa, e o aspirante a assistente é convidado, «por urgente necessidade de serviço público», para reger a título provisório as disciplinas económico-financeiras em substituição do detentor da cátedra, encargo que aceita. Nos anais da Faculdade de Direito de Coimbra, terá sido a primeira vez que um candidato a docente assumiu a responsabilidade pela regência de cadeiras antes de prestar as provas correspondentes. Embora poucas dúvidas existam quanto ao mérito do nomeado: fazendo o júri a avaliação só no ano seguinte, a sua aprovação dar-se-á por unanimidade.

Está-se no auge da Grande Guerra, e Portugal, ao lado do Reino Unido e da França, bate-se contra a Alemanha nas colónias africanas e na Flandres, mas Salazar, em março de 1918, é declarado inapto para o serviço militar («baixa por incapacidade física», depois de, no ano anterior, ter pedido adiamento da incorporação). Por essa altura, figura entre o grupo de docentes que saúdam o Presidente Sidónio Pais (que conquistara o poder meses antes ao liderar um golpe de Estado) na sua visita a Coimbra (onde fora catedrático de Matemática), e, apesar de ainda não ter cumprido 29 anos, fala-se do nome do jovem professor como hipotético ministériável sidonista. Salazar não se pronuncia acerca da participação do país na guerra, mas, atendendo a que Sidónio era contra o arrastamento de Portugal para o conflito, imagina-

-se o universitário beirão identificado com a mesma posição. Para os amigos, ele vai repetindo uma frase: «Isto está pavoroso! Isto está pavoroso!»

Logo a seguir, em abril de 1918, Salazar prossegue a sua fulgurante progressão académica, ao ser promovido a professor ordinário por proposta do Conselho Escolar e com dispensa da prestação de provas. Passa apenas mais um mês e, de novo desobrigado de qualquer avaliação, é-lhe concedido graciosamente pelos pares o grau de doutor em Direito, raro privilégio no meio, embora enquadrado em legislação recém-publicada.

O novo lente já não sente relutância em envolver-se na política, ligando-se ao Centro Católico Português (CCP), partido não clerical criado em 1917 na sequência de uma «Instrução Pastoral» das autoridades eclesiásticas, o que vai permitir aos católicos sacudir a hegemonia de formações republicanas na vida pública do regime saído do 5 de Outubro. Em julho de 1918, o semanário *Ilustração Católica* ocupa a sua primeira página com uma fotografia de Salazar de capa e batina, anunciando-o como «um dos mais ilustres professores» de Coimbra, «que dentro em breve o será do país».

Ascendendo também Cerejeira, na Faculdade de Letras, a catedrático de História, os dois mantêm-se a habitar nos *Grilos*. Por essa época, Salazar terá feito ao amigo uma confissão surpreendente (ou talvez não): «Sinto que a minha vocação é a de ser primeiro-ministro de um rei absoluto.»

Finda a guerra e assassinado Sidónio no final de 1918, o novo contexto político torna a vida mais difícil para Salazar, que em março do ano seguinte, com outros professores, é suspenso pelo governo da atividade docente, por suspeita de agitação restauracionista, quando o regime está empenhado

em rechaçar a chamada Monarquia do Norte. Contudo, a sua defesa é demolidora, a matéria probatória é débil e o magistrado sindicante acaba por reintegrá-lo ao fim de um mês por se ter desmoronado a acusação.

O processo redundava no fortalecimento da reputação de Salazar, que o CCP resolve candidatar a deputado por Viana do Castelo nas eleições para o Congresso da República realizadas a 11 de maio de 1919. O fracasso é absoluto: o CCP elege apenas um deputado, e não é pelo círculo minhoto.

Salazar retoma assim as funções académicas, quando já havia criado no seio da Universidade uma imagem peculiar, conforme descreverá o seu biógrafo Franco Nogueira: «Vestia sempre de muito escuro, mesmo de preto; usava chapéu de abas reviradas, mais amplas do que o comum, e colarinho de goma, alto e muito duro [...]. Apoiava-se numa bengala de castão de prata. Deslocava-se com passos lentos, brandos, calmos; e causava uma sensação de gravidade, de firmeza, de placidez.»

Um dos seus alunos, Fernando Alves Machado, tendo alugado um quarto no primeiro andar dos *Grilos*, registará uma memória viva do mestre: «De entre todos aqueles nomes ilustres, um me destacaram e contra ele me preveniram: António de Oliveira Salazar! Uma fera, disseram-me. Embora de sóbria mas correta apresentação, discrição no comportamento e pouca comunicabilidade, toda a gente em Coimbra o conhecia e admirava. O seu mundo continha-se entre Coimbra e Santa Comba Dão: a Universidade e a Mãe. [...] Rigoroso no respeito dos horários, de uma assiduidade exemplar, Salazar apenas um dia em cada ano não comparecia na Faculdade: 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição. [...] Todos reconheciam que o grande professor, posto que exigente

até extremos dolorosos, que lhe permitissem concluir que as suas lições tinham sido ouvidas e compreendidas, era afinal rigoroso mas impecavelmente justo na apreciação final.»

O que mais custa ao catedrático de Ciências Económicas e Financeiras é suportar a irreverência dos alunos, sempre a perturbá-lo com tropelias, como quando um deles lhe rouba a bengala enquanto dá a aula, acabando por ficar com ela em casa para sempre.



---

**«SEI MUITO BEM O QUE QUERO E PARA ONDE VOU, MAS NÃO SE ME EXIJA QUE CHEGUE AO FIM EM POUCOS MESES. NO MAIS, QUE O PAÍS ESTUDE, REPRESENTE, RECLAME, DISCUTA, MAS QUE OBEDEÇA QUANDO CHEGAR A ALTURA DE MANDAR.»**

**NO DIA SEGUINTE, COMPLETA 39 ANOS.**

---



# POLÍTICA

«Sinto que a política me há de fazer infeliz;  
parece-me até que já começo a atolar-me  
na lama.»

Carta à amiga Glória Castanheira, 9 de agosto de 1921.

O CCP quer voltar a apostar em Salazar, desta vez por Braga ou Guimarães, nas eleições gerais de 10 de julho de 1921, para as quais católicos e monárquicos tencionam organizar forte mobilização. Tendo-se tornado entretanto provedor da Misericórdia de Coimbra, o judicioso mestre de Finanças mostra-se relutante em voltar a submeter-se a escrutínio ou sequer aceitar algo que perturbe a sua pachorrenta rotina académica, acabando mesmo por recusar o convite para a candidatura. O partido católico insiste e, ao que tudo indica à sua revelia, integra-o nas listas de candidatos, impondo-lhe o dilema entre participar na política como dever para com a causa ou remeter-se ao conforto do ramerrame universitário.

O resultado é uma nova depressão, assustado com o impacto na sua vida de uma eventual eleição. Confessa-o em carta à amiga Glória Castanheira, mais uma das suas platónicas ligações femininas, pianista coimbrã e animadora de tertúlias locais, que o ajuda, com recitais e festas de beneficência, a obter fundos para as obras de caridade da Mi-

sericórdia: «Essa eleição provoca-me um desgosto enorme, profundo, íntimo, com a agravante de que ninguém acredita nele, porque todos hão de supor que eu não seria eleito se não o quisesse ser», lamenta depois de o CCP decidir que concorre por Guimarães, onde as probabilidades são elevadas (para mais com o rumor de que, a partir do seu exílio londrino, D. Manuel II, o filho de D. Carlos sobrevivente do regicídio e rei deposto no 5 de Outubro, aconselha os monárquicos vimaranenses a votarem nele), mas ainda antes de saber o resultado, e exprimindo a esperança de que outro tenha mais votos do que ele.

Acrescenta sobre uma possível ida para o hemiciclo: «É uma revolução na minha vida, nos meus hábitos, e a mim, que não tenho, pode dizer-se, um momento de verdadeira alegria, tira-me o relativo sossego do meu viver apagado e a distração dos meus livros. Começo a sentir que não hei de ser nada – nem professor, nem deputado, nem provedor da Misericórdia –, nada a não ser uma pessoa cuja vontade se violentou.»

Acabando por ser eleito com facilidade, a sua melancolia não desaparece, pelo que contará à pianista nesse verão: «A verdade é que não sinto entusiasmo por nada – estou morto.» De caminho, amaldiçoa o seu novo estatuto: «Sinto que a política me há de fazer infeliz; parece-me até que já começo a atolar-me na lama.»

Foi pois com o entusiasmo de um condenado a caminho da prisão que Salazar se dirigiu a Lisboa para estar presente, a 25 de julho, na sessão de abertura do parlamento (onde pela primeira vez o Partido Democrático, do ausente Afonso Costa, não dispunha de maioria, permitindo a formação de um governo mais à direita). Sem intervir, despediu-se com

displicência de um colega de bancada: «Ature-os por cá, que eu vou de férias. Em outubro talvez fale.»

Mas não o fará: a 19 de outubro, dá-se a «noite sangrenta», um dos mais trágicos episódios da violenta I República, sendo assassinados, entre outras figuras de relevo, o chefe do governo, António Granjo, e o líder militar do 5 de Outubro, António Maria Machado Santos, pelo que catedrático já não regressa ao seu lugar no Palácio de São Bento, até porque o Congresso será dissolvido em pouco tempo para dar lugar a novas eleições em que ele não será candidato, pondo assim termo à sua fugaz experiência parlamentar.

Salazar não abandonará porém a política, surgindo logo no ano seguinte, no segundo congresso do CCP, realizado em Lisboa no final de abril, a fazer uma intervenção de fundo intitulada «Princípios e organização». Trata-se, na verdade, de um programa de ação política para o partido, definindo como prioridade dos católicos «conquistar no *regimen* atual as liberdades fundamentais da Igreja». Daí a razão de ser de uma formação política católica: para reclamar do Estado «um mínimo de civilização, compatível com o reconhecimento de direitos e deveres» e «um mínimo de liberdades, necessárias na ordem religiosa». Nessa medida, deve permanecer a indiferença perante a questão do regime, não essencial pelo menos «no momento presente»: «A república não é em si mesma inconciliável com o reconhecimento dos direitos fundamentais da Igreja» nem «com os mais altos e vitais interesses da nação». Declaração que muito desagrade aos monárquicos.

Desde que ele possa fazer política a partir do eixo Santa Comba-Coimbra, não vê problemas. Porque tudo o que o arranque dessa zona de conforto e o obrigue a rumar a Lisboa é castigo. Escreve a Glória Castanheira, depois de ter de tra-

tar na capital de assuntos da Misericórdia, em maio de 1922: «Demorei-me o menos possível – eu tenho horror a Lisboa.» E mesmo em Coimbra só está o tempo estritamente necessário para cumprir as obrigações docentes, aproveitando os intervalos para regressar ao Vimieiro. E no verão, sendo possível, faz um período de vilegiatura na Figueira da Foz.

No fim desse ano dá-se em Itália – afetada (tal como Portugal) por grave crise económica e financeira no rescaldo da sua participação na Grande Guerra, também ao lado da aliança franco-britânica – a Marcha sobre Roma das milícias fascistas, o que leva o seu líder, Benito Mussolini, a formar governo à frente de uma coligação de direita.

Salazar abstém-se de intervir publicamente sobre o assunto, talvez demasiado escaldante e de evolução incerta. Já não será propriamente um desconhecido no seio das elites nacionais, antes uma figura respeitada nos meios académicos, pelo apuro das suas lições, e nos meios políticos, pela liderança doutrinária dos católicos. Há também quem o veja como detentor da solução para a crise financeira nacional, como as Associações Comerciais e Industriais de Portugal, ao convidá-lo como orador do seu congresso em dezembro de 1923, onde discorre sobre a «Redução das despesas públicas» como forma de diminuir o elevado défice orçamental.

Iniciará a partir de janeiro de 1924 colaboração no matutino *Novidades*, pertencente ao Patriarcado de Lisboa, que tem a vantagem de poder ser produzido à distância. Começa por enviar dois artigos sobre «O ensino e as suas despesas», publicados em dias consecutivos, e, em março, um outro sobre «Rendimento em moeda estrangeira».

Nada de politicamente muito palpitante, mas em julho desse ano reemerge nele o ativista católico, com uma deslo-

cação a Braga para participar no Congresso Eucarístico Nacional e aí proferir uma conferência sobre «A Paz de Cristo na classe operária pela Santíssima Eucaristia», em que fala de muito mais do que o título sugere: a crescente radicalização dos movimentos de trabalhadores, as ameaças à paz social, o progressivo ateísmo do Estado e a forma de a Igreja enfrentar essas preocupantes tendências, com a necessidade de mais intervenção e protagonismo das elites.

Perto do fim de 1924, com propósito meramente turístico – talvez para assinalar, já com certo atraso, os seus 25 anos de vida –, Salazar resolve empreender uma incursão de quase duas semanas a Espanha, passando por Ávila, Madrid, Toledo e Salamanca, na que terá sido a sua primeira visita ao estrangeiro.

Já a viagem (marítima, como ainda não podia deixar de ser) que faz à Madeira na primavera do ano seguinte, acompanhado pelo amigo Mário de Figueiredo (o mais íntimo dos seus companheiros no Seminário de Viseu), tem intuito político. Ao serviço do CCP, cujos filiados o homenageiam com um jantar, profere duas conferências no Funchal, sobre «Laicismo e liberdade» (apresentando o primeiro conceito como «uma doutrina que o Estado professa e que é contrária aos princípios cristãos») e sobre «O bolchevismo e a congregação».

A segunda palestra surge no seguimento do impacto que a Revolução Russa de 1917, com a ascensão ao poder do Partido Bolchevique (ou Comunista) e a posterior formação da União Soviética, vai tendo pela Europa (incluindo Portugal, com a fundação, em 1921, do Partido Comunista Português – PCP). Nela, o orador arrasa os fundamentos da nova doutrina revolucionária: «Nós devemos pensar que nunca a paz

e a ordem podem resultar do exercício da liberdade sem a autoridade, mas sempre não de procurar-se pela colaboração da autoridade com a liberdade. Quando se não procuram – ironia suprema dos acontecimentos! –, como fazem atualmente os bolchevistas, cai-se no estrangulamento da liberdade pela opressão.»

Escassos dias após o seu regresso ao continente, eclode a 18 de abril uma sublevação de oficiais superiores insatisfeitos com o rumo da vida política (no seio da qual, no seguimento da «noite sangrenta», o Partido Democrático retomara as rédeas do poder). Exigem reformas de fundo, mas declaram fidelidade à República. Apesar de a revolta falhar, expõe à vista coletiva as fragilidades do regime, acentuadas pela surpreendente intervenção do promotor militar de justiça, general Óscar Fragoso Carmona, no julgamento dos insurretos, onde proclama: «Como é que homens deste valor e desta envergadura se sentam no banco dos réus? É porque a Pátria está doente. Não dou outra explicação.» Palavras que acabam por levar à absolvição de todos os acusados por decisão unânime dos sete generais que compõem o júri.

Carmona acabará exonerado do seu posto de comandante da 4.<sup>a</sup> Região Militar, mas a agitação no seio das Forças Armadas mantém-se e os governos (já perto das quatro dezenas e meia desde o 5 de Outubro) sucedem-se sem conseguir base de sustentação. A culminar, no fim desse ano, o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, resignará do cargo, autoexilando-se em definitivo no estrangeiro.

No meio da incerteza quanto ao destino dos acontecimentos, Salazar ainda aceita nova candidatura a deputado pelo CCP nas eleições de 8 novembro de 1925, desta vez pelo círculo de Arganil (depois de se ter discutido a hipótese, não

concretizada, de voltar a concorrer por Viana do Castelo). O concelho dista apenas uns 30 quilómetros de Santa Comba Dão, pelo que os católicos apostam na notoriedade de um ilustre filho da região. O lente entusiasma-se com a campanha, publicando no *Correio de Coimbra* sete artigos sobre temas eleitorais. Mas fica longe de ser eleito, não passando do sexto candidato mais votado. A democracia deixa-lhe amargos de boca.

Continua a admirar os encantos do sexo oposto, sempre sem tocar nem com uma flor nas suas figuras de desejo. Desta vez, namoriska uma vizinha dos *Grilos*, Júlia Alves Moreira, intercambiando com ela cúmplices olhares de janela a janela. A jovem pertence à numerosa prole de uma conceituada família coimbrã e é irmã de um amigo do próprio Salazar, Guilherme Moreira (sete anos mais novo, também licenciado em Direito), o que pode deixar antever novos embaraços por questões de saias para quem pertence ao círculo próximo do lente de Finanças. Cerejeira repara nos jogos de sedução desenvolvidos pelo amigo e, de novo, o censura pelo devaneio, indigno para quem se situa em elevada esfera espiritual. O pinga-amor replica-lhe, exaltado: «Que queres? Ela é que me provoca, é que toma a iniciativa, e eu não sou frade!».

A vocação dos dois catedráticos não é pela certa a lide doméstica, deixada a cargo de serviçais que porém os trazem insatisfeitos, na descrição de Maria da Conceição de Melo, futura protegida e amiga de Salazar: «A criada não era muito bem aceite pelos patrões. Não tinha o devido cuidado na confeção das refeições, então feitas em fogareiro a petróleo, e a comida sabia e cheirava a petróleo. As limpezas também deixavam a desejar.»

Haveria aliás mais do que uma empregada, acabando por ocorrer nos *Grilos*, no outono de 1925, um despedimento coletivo com grandes implicações no quotidiano do mestre, segundo a narrativa de Franco Nogueira: «Salazar despedira as duas criadas [...] e depositou as economias de ambas na Coimbra Editora [de que fora um dos fundadores cinco anos antes], a 15%. Para as substituir, Cerejeira contratara uma governanta, a Maria de Jesus [Caetano Freire], indicada pelo [futuro] Bispo de Lamego, D. João Campos Neves, que a dispensou do seu próprio serviço. Logo no seu primeiro dia de trabalho nos *Grilos*, aquela ficou muito surpreendida: foi encontrar Salazar, com um trapo a fazer de pano do pó, a espanejar a mobília do escritório. A governanta começou sem perda de tempo a arrumar, a limpar, a escanhoar, e a imprimir aos *Grilos* um novo sentido de ordem e de arranjo. De início, vendo os seus hábitos revolvidos, Salazar ofereceu alguma resistência. Mas em pouco se adaptou à nova serviçal, e até a apreciou, porque o libertava de muitas tarefas e cuidados domésticos.» Outra vantagem na contratação de Maria de Jesus, então com 31 anos, e que passaria a viver também no antigo convento, era assegurar a lavagem da roupa de Salazar, que deixou de precisar de a enviar à mãe para o efeito.

Meses depois, a 28 de maio de 1926, os inquietos oficiais, entre os quais Carmona, o capitão de fragata José Mendes Cabeçadas, homem do 5 de Outubro também envolvido nas convulsões castrenses de 1925, e ainda o general Manuel Gomes da Costa, monárquico convicto e comandante, durante a Grande Guerra, da Segunda Divisão do Corpo Expedicionário Português à Flandres (duramente atingida na batalha de La Lys), reincidem com sucesso na intentona armada, aca-

bando assim por pôr termo à I República com a instauração de uma ditadura militar.

O golpe de Estado consuma-se com a marcha de uma coluna militar a partir de Braga sobre Lisboa, comandada por Gomes da Gosta. Ao passar por Coimbra, o general encontra-se com Mendes Cabeçadas e ambos anunciam em público (embora com *nuances* logo depois transformadas em profundas divergências) as intenções do movimento. Não se sabe se Salazar assistiu à preleção, mas logo ali os militares terão sondado o meio académico em busca de nomes para integrar o governo da autointitulada «Revolução Nacional».

O elenco será anunciado dois dias depois, no seguimento de negociações entre ambos os oficiais realizadas em Sacavém – e o nome de Salazar surge como ministro das Finanças. Face às suas anteriores intervenções públicas na matéria, não se pode dizer que seja propriamente uma surpresa.

A 4 de junho, um dia após a publicação do decreto de nomeação do executivo (chefiado por Mendes Cabeçadas, enquanto Gomes da Costa detém as pastas da Guerra e da Marinha e Colónias e Carmona a dos Negócios Estrangeiros), Salazar, acompanhado por dois outros catedráticos de Coimbra também nomeados, Manuel Rodrigues Júnior, para a Justiça, e Joaquim Mendes dos Remédios, para a Educação («Instrução Pública»), desembarca na Gare do Rossio e dirige-se de urgência ao quartel da Amadora para conciliábulos com os chefes golpistas (dado que as tropas revoltosas ainda não haviam entrado em Lisboa). À chegada, parecendo contrariado ou desconfiado, exprime logo aos jornalistas a sua relutância pela aceitação de cargos de responsabilidade fora de Coimbra: «Só com muito sacrifício venho a Lisboa. Vou dizer isto mesmo ao chefe do governo. [...] Entrar no gover-

no e ter de abandoná-lo por impossibilidade física não está bem. A minha saída ao fim de algum tempo de assistência à obra nacional de renovação poderia ser mal interpretada.»

Na conversa que tem então com Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, invocando razões de saúde, Salazar mantém uma obstinada recusa em aceitar o encargo. Mas é provável que, atendendo à incerteza quanto ao rumo dos acontecimentos e ao desacerto no discurso dos dois oficiais, tivesse concluído pela falta de condições políticas para o exercício da delicada função de titular das Finanças com a autoridade que pretendia. De nada serviu o rogo dos oficiais: Salazar limitou-se a assistir no Palácio de Belém à posse de Manuel Rodrigues e Mendes dos Remédios e a regressar a Coimbra no dia seguinte (24 horas antes da entrada triunfal em Lisboa das tropas de Gomes da Costa), deixando vaga a pasta para que fora nomeado.

À beira do Mondego, lamenta-se a sua recusa, e no Conselho da Faculdade de Direito, com a participação do próprio, atira-lhe o diretor, José Alberto dos Reis: «Estando presente o Dr. Oliveira Salazar, queria significar-lhe quanto a Faculdade esperava do seu talento e do seu saber para a solução dos mais graves problemas financeiros e o quanto, por isso, lamentou que o seu estado de saúde lhe não tenha permitido corresponder à confiança que todos nele depositavam.»

Da capital chegam apelos para que o lente reconsidere, e é de calcular que o mesmo continue a suceder por parte do corpo docente da Universidade, em particular de Cerejeira, na intimidade dos *Grilos*. Mendes dos Remédios vai a Coimbra instar o desejado, que dois dias depois, a 12 de junho, acaba por se condoer, rumando de novo a Lisboa. Assim que desembarca, tem um encontro com Mendes Cabeçadas no

Ministério do Interior, à Praça do Comércio, ficando porventura satisfeito com as garantias que o chefe do governo lhe dá. De seguida dá mais uns passos até ao Ministério das Finanças para, por fim, tomar posse como responsável da pasta, numa cerimónia à porta fechada, onde terá prometido equilibrar despesas com receitas e pouco mais.

Não apresenta sequer um programa. Afirma que irá navegar à vista, em função das condições, como já explicara, à saída do Rossio, a um jornalista que o interrogou sobre as suas intenções: «Não tenho ideias *a priori* sobre aquilo que vou fazer. Só depois de colher os elementos de que necessito é que posso satisfazer a sua curiosidade.» Não procura logo casa para habitar em Lisboa, preferindo alugar-se no Hotel Alliance, ao Chiado.

Os militares, porém, continuam a não se entender, e a 17 de junho Gomes da Costa executa um golpe de Estado dentro do golpe de Estado, mobilizando as suas tropas para afastar do poder Mendes Cabeçadas (que, entre os oficiais insurretos, se batia por dar continuidade ao regime inaugurado com o 5 de Outubro, posição que não colhia junto dos jovens teentes apoiantes do general, mais admiradores da regeneração mussoliniana em Itália).

O turbulento lance não cai bem nos três catedráticos de Coimbra (os únicos civis no executivo), que renunciam, pelo menos temporariamente, através de uma carta conjunta entregue a Gomes da Costa, em cujo estilo se nota a mão de Salazar: «Os ministros civis foram chamados a exercer uma determinada ação administrativa, e essa ação só se lhes afigura possível depois de resolvido o problema político. Ora este problema, nos termos em que foi posto, não é a eles que compete resolvê-lo. Nestes termos, os signatários depõem

nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup> os lugares que lhes confiaram, aguardando a solução definitiva do problema político.»

Salazar (na companhia de Mendes dos Remédios) regressa de imediato a Coimbra e às suas aulas, numa aparente manifestação de desapego pelo poder (pelo menos em clima tão instável). Fora ministro por cinco dias, na que aparentava ser a sua primeira e última experiência governativa.

# FINANÇAS

«Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses.»

Na posse como ministro das Finanças, 27 de abril de 1928.

A fugaz passagem de Oliveira Salazar pela função ministerial ter-lhe-á deixado o gosto por uma intervenção pública mais ativa em matérias de natureza financeira. Logo em finais de julho de 1926 aceita o desafio do seu sucessor na pasta das Finanças, o general João José Sinel de Cordes (um dos homens do 28 de Maio), para presidir a uma comissão de preparação da reforma do sistema fiscal (ou «elaborar as bases para a revisão e remodelação das contribuições e impostos do Estado», segundo o respetivo despacho de nomeação).

Depois de Mendes Cabeçadas, por essa ocasião também já Gomes de Costa, que se atribuíra o lugar de Presidente da República, ficara pelo caminho, arredado do poder a 9 de julho em mais um *volte-face* imposto por um novo governo presidido por Óscar Carmona, que deteve o antigo cabo de guerra e lhe fixou residência em Angra do Heroísmo. Afastados os rivais, Carmona viria a solidificar a sua posição, ocupando quatro meses mais tarde, a título interino, a Presidência da República em acumulação de funções.

Os trabalhos da comissão de reforma tributária levam Salazar mais vezes à capital, que deixa de lhe causar tanta repulsa. Mas no outono de 1926 tem de suspender tanto as aulas como as reuniões na capital devido ao agravamento do estado de saúde da mãe, que vinha a deteriorar-se nos tempos mais recentes. Maria do Resgate acaba por morrer a 17 de novembro, aos 81 anos, originando porventura o mais lancinante desgosto da vida do filho, dados os profundos laços que ligavam os dois, como a sua irmã Marta testemunhou nas horas de despedida da mãe: «Nos últimos dias de vida, ela achava que só o filho conseguia aliviar as suas dores e as suas angústias. Ele tratava-a com palavras de ternura que não pertenciam a este mundo e que nos faziam chorar. Passou de pé, junto à cabeceira dela, as nove noites [ou oito, dirá o próprio a Cerejeira] da sua agonia. Quando ela morreu, ele estava com os pés tão inchados que teve imensa dificuldade em acompanhar o funeral.» E foi o amigo Cerejeira que o convenceu a ir, apoiado nele.

A retoma do trabalho à frente da comissão da reforma tributária foi entremeada com a publicação de dois artigos seus sobre matéria de finanças em revistas jurídicas, o segundo, intitulado «A arrumação orçamental das receitas», no *Boletim* da Faculdade de Direito de Coimbra. O esmagamento de duas violentas revoltas, no Porto e em Lisboa, em fevereiro de 1927, na tentativa de repor o regime republicano derrubado no 28 de Maio, não perturbou o seu trabalho. E a 30 de junho desse ano, Salazar entregava a Sinel de Cordes o relatório da comissão, que na verdade terá sido da sua exclusiva autoria.

Pediu também ao ministro das Finanças que mandasse publicar as conclusões no *Diário do Governo* (o boletim oficial)

e as enviasse à imprensa, mas Sinel de Cordes fez ouvidos moucos, deixando Salazar ressentido e em processo de afastamento do general. Fez a sua própria publicidade ao trabalho da comissão no mês seguinte, em entrevista ao *Diário de Notícias*, onde o retratam o lente de Santa Comba como dedicado a «só atender aos interesses do contribuinte em geral e aos interesses do Estado».

O prestígio acumulado leva-o a ser alvo nesse mês de uma sondagem para aceitar de novo o cargo de ministro das Finanças, com poderes de intervenção em todos os restantes ministérios, levada a cabo por um tenente em nome de outro general do 28 de Maio, Abílio Passos e Sousa, ministro da Guerra, com o ego inchado por ter derrotado os insurretos de fevereiro e aspirando por isso também à ação política. Mas Salazar recusa, invocando o seu respeito pela autoridade instituída, e a manobra de Passos e Sousa também resulta em nada.

Aliviado dos trabalhos oficiais e já sem o fardo da mãe doente, o catedrático de Finanças aproveita esse verão para fazer a única viagem da sua vida além-Pirenéus. Ao mesmo tempo que em Lisboa é dominada outra revolta de dissidentes do 28 de Maio, conhecida por Golpe dos Fifis (dos nomes do capitão de fragata Filomeno de Melo Cabral e do professor de Letras e ensaísta Fidelino de Figueiredo), Salazar parte no *Sud Expresso*, na companhia de Cerejeira e outro amigo e lente coimbrão de Direito, José Beleza dos Santos, em direção a França. Chegando os três a Lourdes, o padre resolve aí permanecer como peregrino, mas os outros continuam até Paris, onde, em escassos dias, Salazar faz o papel do turista deslumbrado que visita os museus e monumentos mais apreciados, ao mesmo tempo que viaja sem destino no metropo-

litano, só para ver desfilar as suas múltiplas estações. «Tive a ilusão de conhecer um pouco a capital do espírito», relatará 25 anos mais tarde. Depois vai com Beleza dos Santos ainda à Bélgica, para assistirem em Liège a um congresso da Associação Católica da Juventude desse país.

De novo em Coimbra, é a partir daí que Salazar larga os punhos de renda e desfere a Sinel de Cordes um ataque cerrado na forma de uma série de artigos sobre assuntos financeiros que publica no *Novidades* a partir de novembro. Acusa-o de descontrolo nos gastos do Estado, de camuflagem do défice orçamental e de não ter sabido negociar um grande empréstimo internacional que o ministro, com as contas públicas à beira da bancarrota, solicitara à Sociedade das Nações (organismo supranacional saído da Grande Guerra e destinado a regular as disputas e crises internacionais) e cujas condições (como a deslocação de peritos financeiros a Lisboa para supervisionar um processo que tinha de ter contas equilibradas, condicionando a política do governo na matéria) depois rejeitou, por considerá-las draconianas e intoleráveis para a dignidade do país.

Os textos de Salazar tiveram tanto impacto na opinião pública como a própria recusa do empréstimo internacional decidida por Sinel de Cordes num arroubo patriótico, pelo que o autor passou a ser visto por muitos como o único capaz de salvar as contas nacionais. Os artigos, que se estenderam pelo ano seguinte, pareciam aliás um programa de candidatura à pasta das Finanças, uma demonstração de que estava ali, a assinar as prosas, alguém que fazia muito melhor no governo.

A quem não passou despercebido esse apetite foi ao sagaz padre Mateo Crawley-Boevey, nascido no Peru (de mãe peruana e pai inglês), um enviado do Papa Pio XI a Portugal (e

outros países europeus) para avaliar a situação da Igreja no país, nas perspetivas religiosa e política, e que Cerejeira, no final de 1927, alojara nos *Grilos* para recuperar de uma doença. Tornando-se íntimo e confessor dos dois amigos, com os quais discute ao serão a situação portuguesa, atira em certo momento a Salazar palavras que ficaram na memória do padre minhoto: «A mim não me enganas. Por detrás desta frieza, há uma ambição insaciável. És um vulcão de ambições.»

A profecia cumprir-se-á ao fim de apenas escassos meses. Em abril de 1928, enquanto o lente publica no *Novidades* os seus últimos três artigos, Carmona, após ser eleito (como candidato único) para Belém, num processo de legitimação do cargo de Presidente da República, abandona a chefia do governo e é substituído pelo coronel José Vicente de Freitas, que na posse seu executivo, no dia 18, assume interinamente as Finanças já a pensar convidar para o lugar (que considera o mais importante do elenco ministerial) a pessoa óbvia: António de Oliveira Salazar.

Vicente de Freitas delega a missão no jovem ministro da Instrução, Duarte Pacheco (até aí diretor do Instituto Superior Técnico – IST), que vai ao encontro do mestre de Finanças em Coimbra. Por muita ambição que possua, Salazar não é uma personalidade fácil, e continua a resistir, talvez querendo mais concessões. Duarte Pacheco insiste, ameaçando terem de entregar de novo o poder «aos políticos» se o interlocutor não aceitar, e este promete-lhe resposta definitiva para o dia seguinte, por telefone, com o titular da Instrução já regressado à capital. Em menos de 24 horas, o catedrático aconselha-se com amigos íntimos, de Cerejeira a Mário de Figueiredo, passando pelo médico republicano (e professor de Medicina da Universidade de Coimbra) Fernando Bissaya

Barreto, e ainda pelo padre Mateo. A opinião é unânime: ele tem de assumir o encargo.

«Hesitei toda a noite», recordará mais tarde. «E depois tinha medo [...] Antecipei a possibilidade de um fracasso. Imagine[-se] que eu não conseguia pôr em ordem as contas do Estado. Que pensariam de mim os meus alunos na Universidade?» E, conforme prometido, Salazar telefona a Duarte Pacheco: aceita o convite, embora sob rígidas condições.

Condições que expõe no dia 26, já em Lisboa, numa longa conversa com Vicente de Freitas, mas falando também com outros governantes. Tudo assente, Salazar toma posse logo no dia seguinte, pela segunda vez, como ministro das Finanças, mas agora com um programa bem delineado. Nas palavras que profere, apresenta as imposições que fazem dele um ministro acima dos outros, ao lhe conferirem ascendente sobre todo o governo: cada ministério terá de respeitar a verba que lhe é atribuída e não poderá tomar medidas com impacto financeiro sem autorização prévia do titular das Finanças, o qual dispõe de poder de veto sobre aumentos de despesa ou investimentos sem apoio em operações de crédito, além de que trabalhará com os outros ministros na fixação de critérios comuns para redução de gastos e recolha de receitas.

Na cerimónia, explica a Vicente de Freitas que abandona o conforto beirão por superior interesse nacional: «Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade não o faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.» E a fechar, garantindo que a caminhada não será curta, pede a todos submissão à sua autoridade: «Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos

meses. No mais, que o país estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando chegar a altura de mandar.»  
No dia seguinte, completa 39 anos.



# CONTAS CERTAS

«O equilíbrio do orçamento não pode atingir-se senão contrapondo à política de facilidades uma política de sacrifícios.»

Declaração à imprensa, 9 de maio de 1928.

Salazar é o homem do momento. Todos olham para ele como o último recurso antes de o país abrir falência – e tem consciência disso. Precisa de toda a autoridade de que possa ser investido para aplicar o seu drástico plano de saneamento financeiro, doa a quem doer. «Se venho de Coimbra, não chego positivamente da parvónia, e tenho os olhos abertos e o pulso firme», previne os jornalistas que convoca poucos dias após a posse.

Nesse encontro, que, mais do que uma conferência de imprensa, é um monólogo superior a uma hora, explica que há dois «critérios» dominantes para lidar com as contas públicas: o «financeiro», que passa pelo equilíbrio orçamental do qual nasce o bom nome do Estado, com a recuperação do crédito e da confiança; e o «económico», que consiste em «irrigar» de dinheiro as entidades públicas e particulares, com as desvantagens de não haver as libras (a moeda de referência internacional à época) e os escudos necessários, de se instituir o favoritismo na distribuição e de, no final, se alimentar o défice como monstro ameaçador. O seu critério – claro –

é o primeiro, que anuncia querer seguir «inflexivelmente», como sintetiza um dos jornalistas presentes, «já que é o único compatível com o interesse nacional, até o único exequível do ponto de vista material», por ser «o único compatível com a posição atual do Tesouro».

Para Salazar, não há, portanto, alternativa. «O equilíbrio do orçamento não pode atingir-se senão contrapondo à política de facilidades uma política de sacrifícios», defende na mesma ocasião. «Um Estado que nunca equilibra as suas contas é o maior inimigo da produção nacional.»

Cinco dias depois, a 14 de maio, o *Diário do Governo* publica a sua reforma orçamental, com a radical fórmula de não se gastar mais do que se produz, implicando uma austeridade que atingirá largos setores da sociedade. Opera também uma reformulação do sistema tributário. A 6 de junho rejeita de vez a negociação do empréstimo internacional, declarando as condições inaceitáveis. A imprensa passa a designar Salazar por «o ditador das Finanças». Há um reconhecimento universal de que é ele o mais importante membro do governo, a sua figura tutelar. Daí a nascerem-lhe aspirações de liderança política vai um pequeno passo.

E dá-o logo sem ter passado mês e meio após assumir o cargo, numa visita ao Quartel-General de Lisboa, a pretexto de agradecer as diversas mensagens de saudações recebidas da oficialidade pela posse. Na alocução que leva preparada, apresenta-se como «uma bem modesta pessoa» para logo a seguir pôr a modéstia de lado: «Muito boas almas de Portugal oram, anseiam por que continue neste lugar. Represento nele um determinado princípio; represento uma política de verdade e de sinceridade, contraposta a uma política de mentira e de segredo.»

Intitula o discurso «Os problemas nacionais e a ordem da sua solução», e logo aí já transborda do âmbito das suas competências, pois o que propõe não é a solução só para as questões económico-financeiras, mas também para as sociais (resolvidas – sustenta – com o equilíbrio do orçamento, a estabilização do escudo e o aumento da produção) e as políticas. Ainda reconhece – é certo – não estar «autorizado a fazer declarações políticas», mas é o que acaba por fazer, admitindo a necessidade de «uma política impopular» que imporá «sacrifícios» inevitáveis: «Eu reputo-os imprescindíveis. Direi mais: eles têm de fazer-se.»

E, prosseguindo, não doura a pílula: «Não tenhamos ilusões: as reduções de serviços e despesas importam restrições na vida privada, sofrimentos, portanto. Teremos de sofrer em vencimentos diminuídos, em aumentos de impostos, em carestia de vida.» Porque há algo de maior valor que a vida humana: «É a ascensão dolorosa dum calvário [frase que repete para ficar no ouvido de todos]. No cimo podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias.»

As suas incursões em terreno alheio não parecem causar inveja, e quando, a 20 de julho, três tiros de canhão detonados no Castelo de S. Jorge assinalam o início de nova revolta militar contra a ditadura, que se espalha a outras localidades, Salazar junta-se, num quartel de artilharia da capital, ao primeiro-ministro, a Duarte Pacheco e a alguns oficiais com vista a orientar as tropas fiéis no afogamento da insurreição (enquanto, a partir do Palácio de Belém, o presidente Carmona usa o peso da sua autoridade na instituição armada para acalmar as hostes).

Logo a seguir, faz aprovar o seu primeiro orçamento de Estado anual (com início, à época, a 1 de agosto), já com saldo

positivo, escrevendo num relatório preambular ao respetivo decreto: «Otimismo? Pessimismo? Apenas: fé!» Não há clamor nas ruas pelo agravamento da carga fiscal, tão só resignação pelo que é entendido como inelutável. Salazar age como um iluminado: interpelado por um jornalista acerca da ausência de debate prévio da sua reforma tributária, responde que um médico nunca pergunta ao paciente que remédio deseja tomar.

Para cortar nas despesas, são desligados os aquecimentos dos ministérios, e o próprio titular das Finanças trabalha de manta e sobretudo. O seu quadro mental de governação reflete-se num despacho em que recusa validar o pedido de uma repartição para a aquisição de sofás: «Os funcionários, no trabalho, sentam-se em cadeiras às secretárias. Os *maples* convidam ao sono, muito prejudicial ao rendimento dos serviços.»

A fórmula salazarista funciona no sistema ditatorial: ao fim de um ano, as contas públicas fecharão de facto com saldo largamente positivo, e o ministro repetirá a receita no orçamento seguinte. Os efeitos benéficos sentir-se-ão logo: alívio da tesouraria do Estado, diminuição progressiva da taxa de juro da dívida flutuante interna (dívida pública a saldar no mesmo ano fiscal em que é contraída), estabilização da moeda, travagem da inflação, maior disponibilidade financeira para despesas de fomento (investimento estatal). Podem morrer homens, que a pátria se vai redimindo.

O ministro vai também fazendo por conquistar simpatias em certos estratos sociais. Uma medida como a «Campanha do Trigo», iniciada no verão de 1929 (com base em idêntica iniciativa de Mussolini na Itália) e destinada a diminuir a dependência do país em importações alimentares através de subsídios e fixação de preços, permite-lhe granjear apoios de

grandes e pequenos proprietários rurais (e até de industriais e comerciantes ligados à produção agrícola), embora recorrendo a um tipo de protecionismo contrário às teses da sua juventude em favor do liberalismo económico.

Salazar habitua-se ao poder e já não pretende largá-lo. É uma contrariedade quando o católico Mário de Figueiredo, entretanto também entrado no elenco governamental como ministro «da Justiça e dos Cultos», publica em junho de 1929 uma portaria autorizando nas ruas as procissões (proibidas pela I República) e permitindo toques de sinos a qualquer hora, o que desencadeia polémica em torno de um alegado excesso na devolução de privilégios à Igreja. O governo decide cancelar a medida, e só o amigo, muito por simpatia para com um companheirismo forjado no Seminário de Viseu, vota contra a revogação ao lado de Figueiredo. O ministro da Justiça demite-se então, pretendendo arrastar no gesto o colega das Finanças, mas Salazar (na ocasião hospitalizado com a perna direita partida por ter tropeçado num tapete do seu gabinete), acha um disparate: «Já reparaste no ridículo em que vamos cair saindo do governo por uma questão de badalos de sinos?»

Acabará, no entanto, por se demitir também um dia depois, invocando razões mais gerais contidas no diploma de revogação da «Portaria dos Sinos». Só que Carmona, alarmado com a decisão, corre ao hospital para conferenciar com ele. Acaba por convencê-lo a ficar, mas sendo sacrificados, afinal, Vicente de Freitas e o restante governo (enquanto Mário de Figueiredo, desiludido com a reviravolta do amigo, regressa sozinho a Coimbra).

Para o Presidente, responsável máximo pela ditadura, só Salazar é imprescindível, e o governo seguinte, empossado

em julho sob a chefia do general Artur Ivens Ferraz, já é em parte pensado em torno do ministro das Finanças. O qual, para que não haja dúvidas, em outubro, num discurso de agradecimento aos representantes de câmaras municipais de todo o país que o homenageiam em Lisboa, discorre muito para lá das funções oficiais, expondo linhas de ação política sustentadas na frase «Nada contra a Nação, tudo pela Nação».

Mas não será suficiente para Salazar, depois de descobrir, em janeiro de 1930, que Ivens Ferraz, assim como a maioria do executivo, se opunha na sombra à sua opção de rejeitar a concessão de um vasto pacote de ajuda financeira a Angola, que era clamado pelo governador do banco oficial da colónia, o republicano conservador Francisco da Cunha Leal (chefe de um efémero governo da República, de menos de dois meses, na transição de 1921 para 1922 e apoiante inicial da ditadura militar). Resultado: nova demissão do homem das Finanças e nova intervenção de Carmona para dizer a Ivens Ferraz que não aceitará um governo sem o professor de Coimbra. Mais uma vez, é o primeiro-ministro a resignar com o restante elenco governativo e Salazar a transitar para o executivo seguinte, presidido pelo general Domingos de Oliveira e empossado nesse mesmo mês.

Ele é aquele que fica. E, em cada novo governo, o ministro das Finanças surge reforçado, juntando agora à sua pasta, a título interino, a tutela sobre as Colónias, apenas com o fim (afastado Cunha Leal logo de início) de consolidar um sistema coerente de relações institucionais, centradas em Lisboa, entre a capital e o império, que consagrará em diploma designado por Ato Colonial e promulgado em julho de 1930.

Já semanas antes, nas comemorações do quarto aniversário do 28 de Maio, Salazar dera mais um passo decisivo na

consolidação do seu poder, ao proferir perante os oficiais das Forças Armadas, na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, um discurso em que apelou à institucionalização do novo regime: «A ditadura deve resolver o problema político português», já que «é um poder quasi sem fiscalização, e este facto faz dela um instrumento delicado que facilmente se gasta e de que facilmente se pode abusar: e por tal motivo não é bom que a si mesma se proponha a eternidade».

Estas palavras são a inspiração para a criação, dois meses depois, da União Nacional (UN), a formação de carácter partidário que serve de sustentáculo político à ditadura tentando congregar todas as correntes que a apoiam. Mais uma vez, na cerimónia de lançamento da UN, a 30 de julho, na sala do Conselho de Estado do Ministério do Interior, são de Salazar, não de Domingos Oliveira (que fala antes para garantir que não haverá retorno ao multipartidarismo), as palavras-chave do momento, dando substância à nova entidade política, que enquadra em contexto adverso, a «crise do Estado moderno», com «desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo».

Logo se nota que, nesse discurso fundador, o tribuno vai muito para além da justificação da UN, para detalhar a ordem constitucional que deve enformar o novo regime português, abolindo o conceito de cidadão como «fonte da soberania nacional», obsoleto como produto do «liberalismo político do século XIX», e substituindo-o pelo de família, a «célula social irreduzível», que constitui assim, «por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional». Seguem-se-lhe as «corporações morais e económicas», representando «interesses legítimos a integrar nos da coletividade»: «Pretende-se construir o Estado social e corporativo

[ideia consonante com a que Mussolini punha então em prática] em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade.»

Na mesma lógica, Salazar arreda do caminho o «liberalismo individualista ou socialista», o «espírito partidário», os «excessos e desordens do parlamentarismo» e a sujeição do «poder executivo ao legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê também de votações de centros partidários estranhos aos poderes públicos». É a rejeição da democracia representativa: «Não pode [...] reconhecer-se às câmaras legislativas o direito de elevar e derrubar ministros e fazer obstrucionismo à vida pública.» Como modelo, o orador advoga portanto a autoridade predominante de um governo com «estabilidade e força», que sintetiza numa frase emblemática: «Deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento.» Carmona e restantes epígonos da ditadura exultam com esta dissertação definindo contornos de um futuro quadro constitucional, que eleva Salazar ao nível do grande doutrinador do regime, no seio do qual mais ninguém, no plano ideológico, se atreve sequer a fazer-lhe sombra, muito menos a desafiá-lo.

É certo que o «revirvalho», como se chama aos civis e militares adeptos de um regresso à I República, continua a conspirar: no mês anterior, havia sido desmantelado um movimento sedicioso que seria impulsionado por Ivens Ferraz, insatisfeito pelo seu afastamento (levando à deportação para os Açores, entre outros, de Cunha Leal e do antigo ministro republicano João Soares, pai de um menino de cinco anos também futuro oposicionista: Mário Soares).

Os conjurados reincidem no ano seguinte, promovendo na primavera uma revolta militar no Funchal e controlan-

do a Madeira durante quase todo o mês de abril, enquanto surgem afloramentos de insurreição também nos Açores, na Guiné-Bissau e em Moçambique, e em agosto (depois de concluído outro orçamento superavitário de Salazar) ocorre mais um levantamento de oficiais em Lisboa – fogos que as tropas fiéis à ditadura conseguem ir apagando. Se o ministro das Finanças não intervém politicamente sobre os acontecimentos da Madeira, limitando-se a anunciar ao país um detalhado cálculo de quanto custou a aventura ao erário, durante a revolta na capital é fotografado a deslocar-se de carro na capital para avaliar, junto de oficiais que defendem a ditadura, em que ponto se encontram as operações de repressão da intentona.

Pelo seu lado, Carmona continuava a reforçar o peso político de Salazar ao permitir o acesso ao poder de mais homens da sua confiança, tendo concordado no início de 1931 com a ida de Armindo Monteiro, seu subsecretário de Estado, para ministro das Colónias e de Mário Pais de Sousa, seu ex-aluno e cunhado da sua irmã mais nova, Laura (a única das quatro a casar-se), para ministro do Interior, e ainda, no fim do mesmo ano, com a entrada do regressado Mário de Figueiredo e de Manuel Rodrigues, entre outros – além do próprio ministro das Finanças –, para o recém-criado Conselho Político Nacional, órgão de consulta presidencial.

Tendo começado por alugar em Lisboa casas que servissem os seus propósitos de governante, Salazar acabou por reconstituir na capital parte da atmosfera humana que o rodeava em Coimbra. Logo em 1928, ao fim de poucas semanas no executivo, levou dos *Grilos*, com a aquiescência de Cerejeira, a empregada Maria de Jesus, que passou a ser a governanta da sua residência. E, em espantosa harmonia, o próprio Ce-

rejeira haveria de passar a frequentar a casa do amigo depois de também ele se instalar na cidade, tendo sido promovido, em agosto desse ano, a vigário geral do patriarcado de Lisboa (para o que requereu licença ilimitada na Faculdade de Letras de Coimbra) e em novembro de 1929 a cardeal patriarca da capital – e na prática a chefe da Igreja portuguesa.

Nas celebrações do 28 de Maio em 1932, os oficiais do Exército, rendidos a Salazar, oferecem-lhe (por subscrição) as insígnias da grã-cruz da Torre e Espada (condecoração decidida por Carmona mas rara para quem não é militar ou chefe do executivo), e em resposta ele enaltece «o Estado Novo que Portugal tem de ser», que «deve ser bem forte e resistente para dominar as correntes revolucionárias». Reitera, aliás, «a ideia firme de que a força é absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal».

Nesse mesmo dia, aliás, é divulgado o projeto de Constituição, para que o regime, pelo menos em teoria, deixe de ser considerado ditadura e adquira rosto civil. Salazar tem na sua elaboração peso determinante, e à lei fundamental se refere no discurso aos militares: «Eu confio em que ela merecerá o apoio do Exército e a dedicação de todos os bons patriotas ansiosos pela renovação de Portugal.»

O caminho está aberto para que a personalidade mais influente do regime, que acaba de lhe apontar um rumo, seja também o seu líder, porque na verdade ele se apropriou do 28 de Maio. Constitui por isso desfecho mais do que previsível o que acontece escassas semanas depois, a 5 de julho: acabando de se demitir Domingos de Oliveira, esgotado na capacidade política de ir mais além e com uma Constituição à beira de ser aprovada, é Salazar quem nesse dia toma posse, a convite de Carmona, como chefe do governo. Havia por

essa época confidenciado o homem de Santa Comba a um amigo que, agora, havendo por fim algum dinheiro, já se podia fazer política.



# ESTADO NOVO

«Não discutimos Deus e a virtude;  
não discutimos a Pátria e a sua História;  
não discutimos a autoridade e o seu prestígio;  
não discutimos a família e a sua moral;  
não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.»

No 10.º aniversário da ditadura, Braga, 28 de maio de 1936.

**O**s homens que constituem o Ministério são outros, mas o Governo é o mesmo – o Governo da Ditadura Nacional, que tem as suas ideias assentes e as principais diretrizes traçadas», assegura Salazar no ato de posse do primeiro gabinete sob sua presidência, a 5 de julho de 1932. «Depois de mais de quatro anos de gerência da pasta das Finanças, o país conhece certamente o modo de ser do chefe do Governo: não corre, não foge, não agrava, não transige.»

Prefere não ceder a outrem a pasta das Finanças, que acumula com a chefia do executivo. Para os restantes ministérios, escolhe homens da sua estrita confiança, como Albino dos Reis, que era governador civil de Coimbra, para o Interior, Manuel Rodrigues para a Justiça ou Duarte Pacheco (ligado ao republicanismo original mas com o mérito de ter ido arrancar o lente de Finanças à sua modorra coimbrã) para as Obras Públicas e Comunicações, mantendo ainda Armindo Monteiro nas Colónias. Destes, só Pacheco não fará parte da Comissão Central da UN, a que Salazar preside como seu líder, e em que integra ainda o amigo Bissaya Barreto.

É na cerimónia de posse dessa direcção, em novembro de 1932, que Salazar (passado o desgosto pela morte do pai, aos 93 anos, dois meses antes) refere o leque de forças com que procura compor a UN (que nos estatutos se define não como partido mas como «associação cívica») e portanto sustentar o regime. Mas sobretudo desfaz aí equívocos e expetativas gerados pela ditadura em duas áreas particulares: não está em curso a restauração monárquica (depois de acabado de acolher em Portugal, pelo próprio governo salazarista, o cadáver de D. Manuel II, falecido a 2 de julho, com 42 anos) e os católicos devem deixar de se organizar politicamente, aconselhando o orador ao CCP (a que pertenceu e de que foi doutrinador, mas agora «inconveniente para a marcha da ditadura») que se dedique «à ação social, tão atrasada e tão urgente neste país». Quanto aos «antigos partidos», como designa as formações da I República, o seu édito é que continuem interditos, e neutralizados os responsáveis: «No que respeita a uma atuação política efetiva, levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente.» Ideia subliminarmente repressiva que, por outras palavras, estende também às «organizações operárias». E sempre pontuando o discurso com mais expressões de falsa modéstia: «Não faço doutrina nem dou conselhos; limito-me a dizer o que me parece.»

Para já não falar dos *partidos* proibidos, são palavras que desagradam aos monárquicos e católicos apoiantes do regime, mas aos quais Salazar não deixa alternativa que não seja acolherem-se à sombra frentista da UN. Ele já o tinha, aliás, sinalizado a Cerejeira quando o cardeal-patriarca lhe apresentara cumprimentos pela posse como primeiro-ministro: «Manuel, a partir deste momento os nossos destinos sepa-

ram-se completamente. Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjugarem com aqueles, e apenas nesta medida. O Estado é independente e soberano.» O que não atrapalha a amizade que os dois antigos companheiros dos *Grilos* irão conservando ao longo do tempo.

O passo seguinte dado por Salazar na consolidação da ditadura é a aprovação da Constituição do «Estado Novo» (expressão que o próprio já antes enunciava em discursos), em março de 1933, por um plebiscito fácil de vencer. Equilibrado no plano dos princípios mas omissos quanto a direitos políticos ou de formação livre de partidos, o documento, por forma a perpetuar a conservação de quem está no poder, dá com uma mão o que tira com a outra. Se, por um lado, consagra os «direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses», por outro preconiza a elaboração de «leis especiais» para regulamentar tais direitos, sujeitas ao arbítrio do legislador – o próprio governo. No que respeita à «liberdade de expressão do pensamento», o articulado condiciona os mesmos diplomas regulamentadores à necessidade de «impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública».

Está assim estabelecida a justificação legal para o aparelho repressivo montado por Salazar logo nesse ano, com a criação em junho dos Serviços de Censura, em agosto da polícia política (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – PVDE) e em novembro do Tribunal Militar Especial, para julgar crimes de natureza política («contra a segurança do Estado»), relativamente aos quais, segundo estabelece a própria Constituição, «é autorizada a prisão, sem culpa formada, em flagrante delito». Pode-se concluir que a ditadura assumida se transforma em ditadura envergonhada.

A lei fundamental, que concebe o Estado português como «República unitária e corporativa», promove, por outro lado, uma ambiguidade quanto ao equilíbrio de poderes. Embora partilhados pelo Presidente da República («Chefe do Estado», eleito em sufrágio universal por mandatos de sete anos) e o primeiro-ministro («Presidente do Conselho de Ministros», nomeado e exonerado pelo anterior, perante o qual responde politicamente), com um hemiciclo («Assembleia Nacional» – AN, formada por 90 deputados, eleitos por mandatos de quatro anos, sem que a oposição tenha oportunidades de candidatura idênticas às da UN, e com uma «Câmara Corporativa» como mero apêndice) de funções mitigadas pela presença exclusiva de parlamentares obedientes, esses poderes repousam em particular no chefe do governo, dotado de amplas competências executivas e legislativas, e fazem dele a autoridade quase incontestada do Estado Novo.

No que respeita às possessões imperiais, Salazar incorpora na Constituição o seu Ato Colonial, complementado pela Carta Orgânica do Império Colonial e pela Reforma Administrativa Ultramarina, promulgados também em 1933. Só os europeus possuem nesses territórios direitos de cidadania, embora os nascidos nas colónias sejam considerados «portugueses de segunda». A legislação permite a prática de trabalho forçado com indígenas e de culturas rurais obrigatórias. Aos governadores coloniais reunidos em conferência nesse ano, Salazar apela: «Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a proteção das raças inferiores, cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das mais altas obras da colonização portuguesa.»

A promulgação da Constituição, a 11 de abril, implica a posse no mesmo dia de novo governo de Salazar, o primeiro

do Estado Novo, no qual, além de continuar a reservar para si a pasta das Finanças, mantém o seu núcleo duro. Como divisa, que é incorporada nos documentos oficiais, adapta a frase do seu discurso de 1929: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação».

Promove meses depois, em setembro de 1933, a criação do Estatuto do Trabalho Nacional, um diploma complementar da Constituição que lança as bases organizativas do sistema corporativo e extingue os sindicatos livres para dar lugar aos «sindicatos nacionais», com direções sancionadas pelo governo (um dos motivos de uma revolta de anarquistas e comunistas a 18 de janeiro de 1934 em vários núcleos industriais – mas sobretudo na Marinha Grande –, depressa abafada), instituindo também os «grémios» patronais para ficarem todos (sindicatos nacionais e grémios) com assento na Câmara Corporativa. Fundam-se ainda a Previdência Nacional, para proteção social das massas laborais (mas abrangendo nos primeiros anos uma parcela ínfima dos assalariados), e a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), para entreter os trabalhadores nos seus tempos livres.

A completar o aparelho de poder que ergue nesse ano fundacional de 1933, Salazar, que não descarta a psicologia de massas, cria em outubro, sob sua dependência direta, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), com vista a convencer a opinião pública da bondade do Estado Novo, e coloca a dirigi-lo o jornalista e escritor António Ferro, ligado nos anos 1910 à revista modernista *Orpheu* e depois divulgador em Portugal das ditaduras europeias então em desenvolvimento, com ênfase para o fascismo italiano, tendo reiteradamente entrevistado Mussolini.

Na posse de Ferro, o seu chefe explica a importância do controlo da informação, porque «politicamente só existe o que o público sabe que existe». O diretor do SPN fizera no fim do ano anterior, para o *Diário de Notícias*, uma série de entrevistas a Salazar, logo coligidas em livro, que muito beneficiaram a imagem do governante. Nelas, o entrevistado desvendou-se como um autoritário moderado, com preocupações jurídicas e humanistas, mas advogando um despotismo esclarecido e brando, para corresponder à brandura de costumes que dizia notar nos portugueses. Embora rejeitando nas palavras a violência sistemática como método de ação policial contra os opositores, admitiu a existência de «presos maltratados [...], sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas», o que lhe serviu para defender a eficácia de «meia dúzia de safanões dados a tempo nessas criaturas sinistras» – uma legitimação dos métodos de tortura da PVDE.

Depois da Itália, vivia-se na Europa, a sofrer os efeitos da Grande Depressão de 1929 (que a política financeira de Salazar limitou em Portugal), momentos de reforço de soluções totalitárias de extrema-direita, com a ascensão ao poder, na Alemanha, de Adolf Hitler (com quem Ferro também antes falara), empossado chanceler no final de janeiro de 1933 e, após ilegalizados todos os partidos exceto o nazi, *führer* no início de agosto do ano seguinte. Em Espanha, foi criada em outubro de 1933 a Falange, de inspiração assumidamente fascista, fundada por Diego Primo de Rivera (outro dos entrevistados de Ferro), primogénito do general Miguel Primo de Rivera, que governara o país em ditadura na década anterior (tendo-se entretanto operado, em 1931, a queda da monarquia e a instauração da república). E em França a Action Française, ainda sob a liderança de Maurras, contribuiu para

a crise política que fez cair o governo em fevereiro de 1934.

Mesmo que Salazar não quisesse identificar-se com nenhuma destas correntes, mantendo algumas distâncias de segurança, como em relação a Maurras ou ao fascismo italiano, conforme explanou nas entrevistas a Ferro («Mussolini é um oportunista da ação, que ora marcha para a direita, ora marcha para a esquerda»), o advento das ditaduras europeias fortalecia e resguardava o Estado Novo. Além disso, criava émulos um pouco por toda a parte, não faltando em Portugal quem, entre a base de apoio do salazarismo, quisesse ir mais longe ao olhar o que se passava além-fronteiras.

É o que sucede a partir de 1930 no seio da Liga Nacional 28 de Maio, animada por integralistas (monárquicos conservadores) e tenentes do 28 de Maio, e do Movimento Nacional-Sindicalista (os «camisas azuis»), sob a chefia de Francisco Rolão Preto, lançado em fevereiro de 1933 sob a inspiração, pelo menos parcial, dos modelos italiano e alemão.

Salazar não aprecia estes radicalismos (com Rolão Preto, figura algo grotesca, querendo, com a sua farda, imitar na pose tanto Mussolini como Hitler, a lançar críticas ao próprio chefe do governo a partir de meados de 1933) e contrapõe-lhes a integração na UN (formação que os outros rejeitam por demasiado conformista e conciliatória) e a criação de uma estrutura juvenil alternativa para absorver os ativistas mais novos – a Ação Escolar Vanguarda (AEV). Nada resultando, o presidente do Conselho recorre em final de julho de 1934 à solução definitiva através de uma mera nota oficiosa: a ilegalização do movimento dos «camisas azuis», acusando-o de «se transformar em elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo». Rolão Preto, aliás, já dias antes tinha sido posto na fronteira.

À direita, a autoridade do chefe do Estado Novo não seria mais posta em causa.

A hegemonia do salazarismo na vida pública passa a ser total, e os atos eleitorais previstos na Constituição realizam-se sem qualquer oposição: os candidatos da UN são os únicos a candidatar-se aos lugares de deputados, em novembro de 1934 (onde curiosamente, pela primeira vez em Portugal, é concedido a mulheres o direito de voto), e Óscar Carmona concorre sem mais ninguém, em fevereiro do ano seguinte, à Presidência da República, sucedendo a si mesmo.

O general, único representante dos oficiais golpistas do 28 de Maio ainda a permanecer no poder, é o principal aliado com que conta Salazar. Já o protegera nas crises em que o titular das Finanças se opusera a primeiros-ministros militares, e agora dá cobertura às suas reformas como presidente do Conselho, mesmo indo contra o interesse das altas patentes e provocando a sua animosidade. Em contrapartida, Salazar apoia a sua continuidade em Belém. Forja-se entre ambos uma sólida cumplicidade, essencial na transição da ditadura militar para o regime civilista, no quadro de um compromisso entre as Forças Armadas e o novo poder político. Ex-maçom, o Presidente não hesita em promulgar, em 1935, o diploma com que o chefe do governo ilegaliza a Maçonaria em Portugal. Ou o decreto do mesmo ano que demite ou passa à reforma compulsiva muitos funcionários e militares tendo-se expressado contra o Estado Novo.

A gestão financeira de Salazar permite investir em algum equipamento social. Termina em Lisboa a construção dos bairros de casas económicas da Ajuda e do Arco do Cego, que já vem do tempo da República mas que só a ditadura garante ter conseguido rematar. Projetos idênticos são lança-

dos nas periferias da capital e do Porto, já que, para o chefe do regime, a pequena moradia com jardim é o modelo ideal de habitação operária, em contraste com os grandes blocos estrangeiros de apartamentos, que considera fonte de insatisfações, conflitos, promiscuidades e atentados à moral. No norte, arrancam também as obras do porto de Leixões. E porque uma marinha de guerra é essencial para conservar um império, uma das prioridades orçamentais de Salazar é o desenvolvimento de um programa de renovação, modernização e expansão da Armada, traduzido no seu empenho em presenciar o lançamento de cada uma das novas unidades navais.

Insatisfeito com o seu elenco governativo, Salazar promove a demissão de todo o gabinete em janeiro de 1936 para formar novo executivo. Não larga as Finanças, mantém gente como Armindo Monteiro (agora nos Negócios Estrangeiros) e Manuel Rodrigues, e, dos que lhe serão mais próximos, eleva Pedro Teotónio Pereira, que era subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, a ministro do Comércio e Indústria e entrega o Ministério da Instrução Pública a António Carneiro Pacheco (que o renomeará Ministério da Educação Nacional).

Se a oposição à direita deixou de ser problema, do lado do revirvalho (incluindo o PCP) mantêm-se resistências e agitações, mesmo que não cheguem a ameaçar o regime. Sinal dos tempos, porque inspirado em medidas idênticas tomadas em Itália e na Alemanha, o presidente do Conselho avança a 23 de abril desse ano com a criação de uma colónia penal no Tarrafal, na ilha de Santiago (Cabo Verde), destinada ao encarceramento de prisioneiros políticos, com capacidade para meio milhar de reclusos.

Salazar deixa cair a AEV, mas em maio de 1936, com o contributo indispensável de Carneiro Pacheco, lança a Mocidade Portuguesa (MP), organização de filiação obrigatória para os rapazes entre os sete e os 14 anos (sendo ano e meio mais tarde criada também a Mocidade Portuguesa Feminina), que fica sob tutela do Ministério da Educação, embora dotada de larga autonomia. O objetivo consiste em enquadrar ideologicamente a juventude através do exercício paramilitar, do convívio em acampamentos e da difusão da propaganda do regime, procurando impedir as novas gerações de se deixar influenciar por ideias adversas e permitindo aos rapazes mais velhos continuar depois em regime voluntário ou participar numa milícia de adesão facultativa. A inspiração, mais uma vez, vem das outras ditaduras europeias: dos «balilas» de Mussolini e sobretudo da Juventude Hitleriana, tendo os primeiros responsáveis da MP viajado até à Alemanha (onde assistiram aos Jogos Olímpicos desse ano) para aprenderem a montar a organização.

Estão, por essa primavera, tremidas as relações de vizinhança com a Espanha republicana, onde uma frente de esquerda (incluindo comunistas) venceu as eleições gerais em fevereiro de 1936. Em Madrid acolhe-se a oposição republicana ao Estado Novo, e por isso Salazar considera o outro lado da fronteira como fonte de instabilidade. Discute-se até a possibilidade de um conflito armado entre os vizinhos ibéricos. É nesse quadro que, a 11 de maio, o chefe do governo assume interinamente também a pasta da Guerra (sem nunca abrir mão das Finanças). «Temos de ter em prazo relativamente curto o Exército que nos é necessário para a defesa dos grandes interesses da Nação», proclama, preocupado, na posse.

Nas celebrações do 10.º aniversário do 28 de Maio, realizadas em Braga (a que chamará «cidade santa da Revolução Nacional»), Salazar, em mais um dos discursos tidos como uma espécie de atas fundadoras do Estado Novo, enumera, na sua inconfundível voz de falsete, os dogmas que balizam a ideologia conservadora do regime: «Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever».



---

**O REGIME NAMORA CLARAMENTE COM O FASCISMO, DE QUE OS APANIGUADOS ADOTAM TODO O TIPO DE RITUAIS, DESDE O CULTO DO CHEFE À SAUDAÇÃO ROMANA, DE BRAÇO ESTENDIDO, QUE O PRÓPRIO PRESIDENTE DO CONSELHO PASSA A PRATICAR A PARTIR DE 1938, NAS CERIMÓNIAS DE ENALTECIMENTO DA DITADURA E DO SEU LÍDER.**

---



# ESPAÑA

«Em todos os domínios onde era livre a nossa ação, ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã.»

Discurso à Assembleia Nacional, 22 de maio de 1939.

**H**averá uma guerra peninsular, mas na qual Portugal não combaterá. A 18 de julho de 1936, em Espanha, militares e civis da extrema-direita tentam conquistar o poder através de um golpe de Estado fulminante. Não o tendo conseguido, mantêm o controlo de algumas cidades enquanto 30 mil soldados do Exército Espanhol de África, estacionados no que era então um protetorado controlado por Madrid no norte marroquino, sob o comando do general Francisco Franco (um aderente de última hora à insurreição), desembarcam em território do sul do país para manter acesa o que constituirá uma sangrenta e prolongada guerra civil de rebeldes autodenominados «nacionalistas» contra defensores da legalidade democrática republicana, com um saldo de quase 350 mil mortes.

Para lá da proximidade ideológica aos insurretos, a Salazar importa tudo o que ponha em causa o governo republicano espanhol, pelo que o ditador português levará até ao limite múltiplas formas de apoio aos nacionalistas sem que impliquem o envolvimento de Lisboa nos combates.

Tropas rebeldes, às quais Portugal fornece fardas e mantimentos, são autorizadas a passar por território português para se juntar a outras de que estejam isoladas, além de que podem receber pelo país material de guerra importado. Salazar expulsa o embaixador espanhol em Lisboa e admite Nicolás Franco, irmão do general sedicioso, como representante da Junta de Burgos, a direção política da insurreição. Nas chancelarias internacionais, faz *lobby* a favor dos nacionalistas e protela quanto pode a participação no Comité de Não-Intervenção, sediado em Londres, de modo a manter as mãos livres para apoiar os sublevados. Quando por fim Lisboa adere ao Comité, no meio de uma campanha internacional de protesto pelas ajudas fornecidas aos insurgentes (vindas sobretudo da Itália e da Alemanha) e sob a ameaça de sanções de Londres e Paris, Salazar tenta adiar e boicotar as decisões de fiscalização internacional das fronteiras espanholas, conseguindo contornar uma proposta soviética de bloqueio dos portos portugueses. Fecha os olhos ao recrutamento em Portugal dos «Viriatos», voluntários que combaterão ao lado dos rebeldes espanhóis. Permite que a GNR entregue às tropas franquistas, para fuzilamento quase certo, os fugitivos ao avanço insurreto que se tenham refugiado do lado contrário da fronteira. E autoriza ainda a criação na Parede de uma emissora radiofónica – o Rádio Clube Português – para fazer a propaganda da rebelião espanhola.

É nesta atmosfera que o ditador avança, em setembro de 1936, com a criação de uma milícia de apoio ao regime, a Legião Portuguesa (LP), para os maiores de 18 anos de ambos os sexos (mas sobretudo homens). Dependente do Ministério do Interior (mas podendo em caso de emergência ou de guerra ser transferida para a tutela da Defesa), a organização

tem por missão «defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e a o anarquismo».

Neste quadro de extrema tensão, será inevitável que, embora de forma indireta, a violência espanhola acabe por contaminar Portugal, e de um modo que porá em perigo a vida do próprio Salazar.

Primeiro, eclode, logo a 8 de setembro de 1936, uma revolta de dezenas ou centenas de marinheiros de três navios da Armada portuguesa surtos no estuário do Tejo. O movimento, organizado pelo PCP, tem por objetivo a apropriação dos barcos de guerra para os levar para portos espanhóis e colocá-los ao serviço das autoridades republicanas sediadas em Madrid.

O chefe do governo é implacável a reprimir a tentativa, como confessará em posterior nota oficiosa: «Embora à custa do suor de todo o povo, com a clara consciência do dever se mandaram construir [os navios alvo do motim]. Com a mesma imperturbável serenidade, dei ordem para que fossem bombardeados até se renderem ou afundarem. A razão que se eleva acima de todos os sentimentos foi esta: os navios da Armada portuguesa podem ser metidos no fundo; mas não podem içar outra bandeira que não seja a de Portugal.»

Os navios são bombardeados (embora não afundados) e a rebelião será esmagada com um saldo de uma dezena de marinheiros mortos e a detenção de muitos mais (além da demissão de vários oficiais e sargentos da Armada), cabendo a 34 dos presos (juntamente com alguns dos condenados por participação nos acontecimentos de 18 de janeiro de 1934) a triste sina de inaugurarem, ainda nesse ano, a colónia penal do Tarrafal (que a oposição equipará a um campo de concentração).

Porque continua a turvar-se a situação internacional, sobretudo na Europa, com o complicado xadrez em que se colocam os vários países perante o conflito espanhol, Salazar entende passar a sobraçar a título interino, a partir de 6 de novembro de 1936, também a pasta dos Negócios Estrangeiros (sem abdicar das das Finanças e da Guerra). Intui o risco de ter de envolver a diplomacia portuguesa nos assuntos continentais, contrariando a linha de ação exterior por ele explanada um ano antes em nota oficiosa: «Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias. [...] A linha tradicional da nossa política externa [...] está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.»

A 4 de julho de 1937, domingo, está Salazar a sair da viatura para assistir a uma missa particular na vivenda de um amigo situada nas Avenidas Novas de Lisboa, como faz com regularidade, quando ocorre um violento estrondo e se abre à sua beira, no meio da rua, uma cratera onde quase pode caber um automóvel. Trata-se de um atentado contra o próprio, perpetrado por um grupo anarquista em retaliação pelo seu apoio à insurgência espanhola, através da colocação, num coletor de águas, de uma potente carga de dinamite acionada à distância. Por ter sido mal calculado o direcionamento da explosão, o ditador fica ileso, apenas com salpicos de terra que sacode do fato para ainda participar na missa, e ninguém mais é atingido.

A circunstância da ocorrência acaba por engrandecer ainda mais o prestígio de Salazar. Sucedem-se manifestações de apoio, num efeito contrário à intenção dos terroristas, em

particular, logo nessa noite, frente à casa onde habita, na Rua Bernardo Lima, uma tranquila transversal da Avenida Duque de Loulé. Em homenagem ao «salvador da nação portuguesa», e com aprovação de muitos eclesiásticos, começam a circular pagelas de orações concedendo «cinquenta dias de indulgência a quem devotamente as recitar», intensificando-se a partir desse momento o culto ao chefe do Estado Novo. Só não ajuda que, numa tentativa de mostrar serviço, a PVDE atribua o ato a comunistas e faça desabar as suas fúrias em dois falsos culpados, que apenas libertará ao fim de um ano, depois de violentamente torturados para dizerem o que não sabiam.

Tudo converge para que se achesse nesse momento um período de apogeu do Estado Novo e de máxima glória de Salazar. O regime namora claramente com o fascismo, de que os apaniguados adotam todo o tipo de rituais, desde o culto do chefe à saudação romana, de braço estendido, que também o próprio presidente do Conselho passa a praticar a partir de início de 1938, nas muitas cerimónias de enaltecimento da ditadura e do seu líder. O que suscitará um infundável debate sobre se o Estado Novo foi um regime fascista. Alguns pensadores coevos que se debruçam sobre a natureza do regime não duvidam da resposta positiva, embora vejam no caso português facetas específicas, como o filósofo católico francês Jacques Maritain, que em 1936 asseverou que o salazarismo é «sem dúvida a mais inteligente das ditaduras de tipo fascista atualmente existentes e procura cuidadosamente precaver-se contra o espírito totalitário de um Mussolini ou de um Hitler». O espanhol Miguel de Unamuno, após um périplo em Portugal a convite de António Ferro, comenta causticamente esta espécie de «fascismo de cátedra [...], pedagó-

gico e doutrinário [...], uma ditadura académico-castrense ou, se quiserem, bélico-escolástica». Mas Marcello Caetano, jovem professor de Direito em Lisboa, catedrático iminente e discípulo de Salazar (depois de, na década anterior, ter andado pelas bandas do integralismo), que participou na equipa de redação da Constituição e na primeira direção da UN, defenderá que o autoritarismo salazarista é temperado pela moral e o direito próprios da formação cristã e jurídica do chefe, não entrando por isso na esfera excessiva do fascismo.

Numa nova entrevista a António Ferro, concedida em 1938 para atualizar os diálogos de ambos seis anos antes, Salazar admite que, para o sucesso do regime, concorre a propaganda oficial e o apertado controlo da opinião pública, que deve ser «convenientemente dirigida», declarando indispensável o exercício contínuo de uma rígida autoridade: «Os governos, por mais apoios de que disponham, não se mantêm usando a força, mas tendo-a.»

Confirma nessa conversa o seu tradicional receio do progresso, da concentração urbana, da «conceção materialista que leva o homem à sofreguidão da riqueza», contrapondo-lhe «a apologia da vida modesta, familiar, onde não falte o indispensável, e até o que suaviza a vida, mas sem aspirações excessivas, desumanas». No fundo, a mesma ideia que expressara três anos antes numa alocução à Liga 28 de Maio: «Oíço muitas vezes dizer aos homens da minha aldeia: "Gostava que os pequenos soubessem ler para os tirar da enxada. "E eu gostaria bem mais que eles dissessem: "Gostaria que os pequenos soubessem ler para poderem tirar melhor rendimento da enxada".»

Agora, porque a sua aposta é num escol, desvaloriza até o mínimo de educação para cada português que na juventude

achava indispensável ao desenvolvimento do país: «O nosso grande problema é a formação de elites que eduquem e dirijam a Nação», explica. «Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas.»

Por razões de segurança, as autoridades policiais, após o atentado, entendem que Salazar deve abandonar casas alugadas e passar a residir em instalação estatal devidamente resguardada. A escolha recai num palacete situado nos jardins do Palácio de São Bento, situado nas traseiras do antigo convento onde funcionam a AN e a Câmara Corporativa. Mas, para tornar o local habitável, é necessário empreender obras de restauro (dirigidas ou supervisionadas por Salazar), que demoram quase um ano, tendo o ditador feito a mudança apenas no início de junho de 1938.

Com ele, leva não só Dona Maria (nome pelo qual se tornara conhecida a governanta) como uma menina de nove anos já há tempos vivendo com eles na Bernardo Lima: Maria da Conceição de Melo, que Salazar trata como se fosse uma filha e a quem chama *Micas*. Concunhada da governanta (por ser irmã mais nova – com uma gémea – do marido de uma irmã de D. Maria), a criança, em resultado da miséria reinante em casa de uns pais com larga prole, fora parar à casa do irmão, em Lisboa, que por via matrimonial conseguira um lugar de porteiro no Palácio de São Bento (em cujo interior habitava). Mas também aí as condições eram precárias, pelo que a rapariga acabou a viver com a irmã da cunhada e o seu patrão. Uns 18 meses depois da mudança dos três para São Bento, juntar-se-lhes-ia uma outra menina, Maria Antónia, filha do porteiro de São Bento, e por isso sobrinha da

governanta e prima de *Micas* (que era sete anos mais velha), passando ambas as crianças a ser conhecidas como «as pupilas do senhor doutor». Nunca tendo Salazar casado (apesar de, insolitamente, ter surgido na imprensa em 1928, meses após ser empossado como ministro das Finanças, a notícia de um inexistente matrimónio seu com Júlia Moreira), estas três mulheres, que com ele coabitariam décadas, viriam a constituir a sua família adotiva.

Enquanto Espanha continua a devorar as entranhas, o chefe português capitaliza junto da sua opinião pública, por conseguir manter os equilíbrios necessários de forma a que o país não mergulhe no abismo de horrores do outro lado da fronteira. Quando o conflito por fim termina, a 1 de abril de 1939, com a vitória das forças comandadas por Franco, tornado ditador de um regime de perfil fascista, Salazar suspira de alívio, e no mês seguinte celebra na AN um triunfo que faz seu também: «Vencemos – eis tudo.» Na mesma alocução, assume todo o apoio que lhe fora possível fornecer aos antir-republicanos: «Em todos os domínios onde era livre a nossa ação, ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã, diretamente ameaçados por doutrinas e regimes que só os que andam à cata de desilusões esperam converter ou tornar inofensivos. [...] Despendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhámos sofrimentos; e não temos nada a pedir nem contas a apresentar.»

Contudo, havia pelo menos uma garantia que Salazar queria e obteve de Espanha: dias antes de Franco entrar em Madrid para assinalar o termo do bárbaro conflito, o seu irmão assinara na capital portuguesa com o presidente do Conselho, após morosas negociações, um Tratado de Amizade e Não-Agressão (conhecido por Pacto Ibérico), prevendo o

respeito mútuo de fronteiras e territórios, a não prestação de auxílio de uma das partes a agressores da outra e a não participação de nenhuma delas em pactos hostis ao vizinho. Lisboa salvaguardava-se assim das tentações de anexação de Portugal sempre latentes em Espanha, e que muitos falangistas ainda mantinham.

Mas, em contrapartida, Salazar rejeitaria o apelo para aderir a um «Pacto Anticomunista» subscrito em abril pelos regimes de Hitler, Mussolini e Franco.



# GUERRA MUNDIAL

«Nós em paz também pagaremos  
a nossa contribuição de guerra.»

Discurso à União Nacional, 26 de fevereiro de 1940.

**M**al deu para respirar, porque, terminado o conflito espanhol, outras ameaças de ainda maiores dimensões surgem no horizonte, após a invasão da Polónia, em setembro de 1939, pelas tropas do III Reich sob o comando de Hitler e a declaração de guerra feita à Alemanha pelo Reino Unido e a França.

Salazar não está interessado, mais uma vez, em envolver Portugal como peão numa guerra que a breve trecho se tornará mundial. Assim que os nazis entram na Polónia, apressa-se a esclarecer que as obrigações da velha aliança com a Inglaterra não obrigam Lisboa, na circunstância, a abandonar a neutralidade, posição idêntica à de Franco.

Fareja, mesmo assim, o que aí vem, e ainda antes que as hostilidades irrompam no ocidente europeu avisa num discurso à UN, a 26 de fevereiro de 1940: «Nós em paz também pagaremos a nossa contribuição de guerra. [...] É necessário que os portugueses tenham sempre clara no seu espírito esta triste realidade – que não podemos eximir-nos a suportar uma cota parte do custo da guerra que não fazemos.»

São tão negras as nuvens a aproximar-se que Salazar, percebendo que terá de perder mais tempo com as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, acabará por abdicar da das Finanças, que, numa remodelação governamental em agosto de 1940, transferirá para João Pinto da Costa Leite (conde de Lumbrales), oriundo do Comércio e Indústria, onde substituíra Pedro Teotónio Pereira, entretanto nomeado embaixador em Madrid.

Pelo meio, firma, a 1 de junho, a Concordata entre Portugal e o Vaticano, que consagra uma relação privilegiada da Igreja com o Estado português, embora sob a aparência de uma separação entre as duas entidades, como o presidente do Conselho sublinha em intervenção na AN: «O Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado.»

No plano bélico os riscos aumentam logo após a derrota francesa, nesse mesmo mês de junho, quando Madrid muda de atitude e se declara «potência não-beligerante». Há perturbação em Lisboa, temendo-se que Franco se junte a Hitler. No fim do mês seguinte, Salazar negocia um protocolo adicional ao Pacto Ibérico vinculando os dois Estados a consultas mútuas caso num deles ocorram factos com implicações na segurança e no estatuto internacional do outro.

Apesar das promessas escritas no papel, a ansiedade agrava-se em Portugal quando as tropas alemãs chegam aos Pirenéus e Franco discute com Hitler, em outubro de 1940, o convite que este lhe faz para aderir ao Eixo. O Führer tem até já delineada a «operação Félix», nome de código para os planos de ocupação alemã da Península, incluindo Portugal e as suas estratégicas ilhas atlânticas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, pouco lhe interessando se Lisboa autoriza ou não.

A perspetiva portuguesa torna-se catastrófica. «Lisboa está paralisada de medo», relatava já um alto funcionário britânico de visita ao país em meados de 1940. «Portugal não está armado militarmente e (exceto Salazar) não tem coragem.»

Mas, na verdade, há um momento em que o país até parece alheado do conflito europeu, quando Carmona e Salazar inauguram, a 23 de julho de 1940, a Exposição do Mundo Português, iniciativa do próprio presidente do Conselho, que dois anos antes chamara a atenção pública para a iminente conjugação dos centenários da fundação do país (1140) e da Restauração (1640), a assinalar condignamente com uma «grande festa de família» para «afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização» e «dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio». Depois da Exposição Colonial do Porto, em 1934, e de vários desfiles e festas destinados a cativar a simpatia das massas e apurar o seu orgulho nacionalista, o certame do duplo centenário, montado em Belém, culminava a exaltação da história e dos feitos da «raça» portuguesa, tão do agrado de Salazar. Mas, devido às hostilidades europeias, falham, com exceção do Brasil, as representações estrangeiras que ele gostaria de ter visto na inauguração, assim como os milhares de turistas que se previa acorrerem a Lisboa para uma visita à exposição, sobrando apenas refugiados de guerra em trânsito pela capital.

Para esses refugiados, que fugiam à ocupação e repressão nazis, o chefe do governo definiu como política deixá-los entrar no país desde que cumprissem certos requisitos e exhibissem papéis em ordem. Todavia, acabará por castigar o cônsul de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, com a expulsão da carreira diplomática, quando este, na iminência

da chegada das tropas nazis à fronteira franco-espanhola, começa a distribuir a esmo vistos de entrada a milhares de fugitivos judeus, salvando-os de morte certa, embora desobedecendo às ordens de restrição emanadas de Lisboa.

Quanto ao desenvolvimento do conflito, convém ao presidente do Conselho seguir a estratégia londrina de neutralização da Península. E para assegurar que assim é encontrar-se-á em Sevilha com Francisco Franco em fevereiro de 1942. De resto, Lisboa não pode abandonar sem pesados custos a esfera britânica, da qual depende a manutenção do império, o crédito externo, o transporte de mercadorias e grande parte do comércio com o exterior.

Ao mesmo tempo, Salazar declara que a neutralidade lusitana pressupõe a livre realização de negócios com todas as partes, sejam os Aliados ou o Eixo, o que ajuda a manter uma economia que já é de guerra, com o peso de uma forte carestia a cair sobre a população. E os seus homens fazem uma meticulosa gestão dos negócios, ameaças, exigências, represálias e ultimatos que tal atitude implica, tendo o chefe o cuidado de nunca esticar demasiado a corda nem para um lado nem para o outro.

Portugal é mesmo assim assediado por ambas as partes beligerantes: submarinos nazis afundam cargueiros lusitanos a caminho da América do Norte e os Aliados impõem ao país um bloqueio naval, com receio da transferência de mercadorias para os alemães. A aliança luso-britânica ressentem-se, parecendo à beira da rutura quando tropas australianas (inseridas na esfera britânica) ocupam Timor-Leste em dezembro de 1941 sem acordo português. A seguir é a vez de os japoneses invadirem a colónia expulsando os australianos, com protestos mais mitigados de Salazar (mas em nenhum caso a

declaração de guerra, muito menos o envio de tropas), não vá Tóquio querer ocupar também Macau.

A escassez de produtos num país dependente de matérias-primas e outros bens exteriores (acompanhada pela decorrente especulação retalhista), conforme Salazar já antecipara no início do conflito, faz aumentar os preços e o descontentamento social. O presidente do Conselho resiste quanto pode, mas acaba por aceitar, em 1943, o racionamento do consumo público de artigos básicos.

Desde 1941 que já decorriam greves e outras ações de protesto em meios fabris e rurais, agravadas no ano seguinte, quando até os sindicatos nacionais se veem obrigados a entregar ao chefe do executivo uma petição pela melhoria das condições de vida. Mas Salazar mostra-se inflexível na contenção salarial, abrindo caminho a uma dura repressão sobre os grevistas.

Dois problemas gigantes se levantam entretanto ao ditador: Açores e volfrâmio. O arquipélago, a meio caminho entre a Europa e a América do Norte, revela-se de excepcional valor estratégico no contexto da guerra marítima. O presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, aludira publicamente, em 1941 (ano em que os EUA entraram no conflito, já de dimensão mundial), a uma possível ocupação dos Açores por tropas americanas. Salazar protestou então contra o que seria um «ato de agressão», mas durante dois anos os Aliados não deixarão de discutir a forma como se instalarão nas ilhas portuguesas. Roosevelt e o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, só não decidem tomar o arquipélago *manu militari* porque os seus diplomatas os convencem a optar por um pedido formal a Salazar, de modo a evitar uma previsível reação violenta da Alemanha.

Quando o embaixador britânico em Lisboa entrega ao chefe do executivo, em junho de 1943, a solicitação para a instalação de uma base nos Açores, invocando a aliança entre os dois países, Salazar não tem muitas alternativas. Concede a sua «anuência de princípio» mas, receoso de represálias nazis, coloca sucessivos entraves, a ponto de os aliados se exasperarem e ameaçarem de novo com a invasão. Ao fim de tortuosos meses de negociações, acaba por ceder uma base aérea nas Lajes (ilha Terceira), mas apenas para uso inglês no âmbito da aliança. Só que atrás dos britânicos vêm os americanos, que o chefe português não queria mas que acabam por impor a sua presença, fazendo-se convidados à força nas Lajes e abrindo uma nova base aérea em Santa Maria.

Perante o facto quase consumado, Salazar arquiteta uma rebuscada justificação jurídica para a cedência dos Açores aos americanos, como parte do esforço para a expulsão dos japoneses de Timor. Washington não compreende a relação entre ilhas quase nos antípodas mas também não se preocupa, desde que tenha os Açores na mão.

À guisa de compensação, e enquanto em Lisboa se fazem ensaios de proteção contra eventuais ataques aéreos, Salazar insiste em continuar a vender aos alemães volfrâmio extraído em Portugal, minério essencial no fabrico de material bélico e que muitas divisas faz entrar no país em tempos bélicos, por vias legais e ilegais. Há muito que ingleses e americanos pressionam o presidente do Conselho para suspender o fornecimento aos nazis, mas ele vai rejeitando a exigência. Após o endurecimento aliado e o embaixador inglês chegar a pensar fomentar um golpe de Estado para derrubar Salazar, este acaba relutantemente por ceder em junho de 1944, nas vésperas do desembarque anglo-americano em França e sem

que a Alemanha tenha já a possibilidade de castigar militarmente Portugal.

Durante estes anos na corda bamba, sem saber para que lado pendia a guerra, Salazar acabou por depurar os mais evidentes comportamentos de natureza fascista que se manifestavam no regime português. Na verdade, começou ainda antes da abertura das hostilidades, quando, no final de 1937, saneou a direção da LP (a que se seguiu uma purga de 900 dos seus elementos mais extremistas). Depois, moderou a MP, que nos tempos iniciais competia com os legionários para ver quem era mais militarista. Afastou em 1940, do cargo de comissário nacional da organização juvenil, o seu fundador, Francisco Nobre Guedes, germanófilo assumido (e que seria aliás nomeado a seguir embaixador em Berlim), para o substituir por Marcello Caetano, que introduziu na MP um tom mais próximo de uma organização de escuteiros (sem, porém, abandonar o enquadramento dos filiados dentro dos princípios do Estado Novo).

Da secretária de Salazar desaparece a moldura com a fotografia autografada de Mussolini que o *Duce* lhe enviara anos atrás (por troca com a do chefe português, também com dedicatória ao ditador italiano). E o próprio Salazar deixará de fazer a saudação romana em 1944, quando já se torna inevitável a derrota de italianos e alemães. Convinha não ser apanhado em contramão, porque os tempos estavam de facto a mudar (tanto mais que, em setembro desse ano, tendo por inevitável a vitória dos Aliados, o presidente do Conselho cede a tutela do Ministério da Guerra a um dos seus sequazes, o tenente-coronel Fernando dos Santos Costa – já antes sub-secretário de Estado na pasta, função na qual empreendera a reestruturação das Forças Armadas segundo as diretivas do

chefe). Para o líder do Estado Novo, era viável continuar a defender a existência do regime sem ser necessário associá-lo às ditaduras em queda.

Ao terminar na Europa a Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, e na Ásia três meses mais tarde, Salazar está exausto mas com o império intacto (o seu objetivo primordial) e os cofres do Estado cheios.

Depois de ter resgatado as contas públicas, pode considerar como sua nova coroa de glória ter livrado o país de se envolver em duas guerras consecutivas, qualquer delas de trágicas dimensões.

# CONTINUIDADE

«Somos obrigados a evitar, por todos os meios ao nosso alcance, que se destrua o que, mercê de tantos esforços, se tem podido conseguir.»

Discurso à União Nacional, 23 de fevereiro de 1946.

Por muita cosmética que Salazar, com o fim da Segunda Guerra Mundial, possa ter aplicado ao Estado Novo (como mudar a designação da PVDE para PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado –, substituir o Tribunal Militar Especial por um Tribunal Plenário de caráter civil, aliviar a dureza das condições no campo do Tarrafal, depois de aí terem perecido, pela crueldade do tratamento e pela ausência de assistência, 34 internados – 10% dos opositores que por lá passaram –, ou acabar com o SPN para dar lugar ao Secretariado Nacional da Informação – SNI), era impossível em 1945 apagar num ápice a perceção de traços comuns com as ditaduras europeias acabadas de esmagar.

Os portugueses ter-se-ão por isso sentido divididos entre a gratidão ao presidente do Conselho, depois de pilotar a barca nacional com a estabilidade possível nos dez anos anteriores, e a aspiração a uma nova vida, livre e democrática, que a derrota do Eixo auspiciava para toda a Europa (se bem que, logo ao lado, Franco também resistisse ao vendaval). O dilema enfraqueceu nesse momento a posição de Salazar. Apesar de a

propaganda do regime o apresentar como salvador da pátria, a opinião pública não parecia disposta a perdoar-lhe as dificuldades dos últimos anos – enquanto se acumulavam reservas de ouro e fortunas privadas com os negócios de guerra – nem a encarar a continuação do seu monopólio do poder.

Sensível ao clamor das ruas (onde o fim da guerra foi celebrado com grandes manifestação de regozijo nas quais se vitoriam os Aliados, inclusive a União Soviética), o chefe do Estado Novo percebeu a necessidade de afinar a rota logo ao cessarem as hostilidades na Europa, a 8 de maio de 1945, discursando à UN: «Ninguém entre nós deixou de considerar o interesse nacional solidário da posição da Inglaterra (e até da Comunidade Britânica) tal como resultasse da solução do conflito.» Encostava-se aos vencedores ocidentais, incluindo os EUA, procurando com eles um novo *modus vivendi*, ao sublinhar na mesma altura a vantagem para Portugal de o desfecho da guerra «arrastar para o Atlântico o centro de gravidade da política internacional».

Contudo, perante a opinião pública nacional e esses aliados estrangeiros (velhos ou novos), era preciso ir mais além no plano interno, pelo que Salazar entendeu, ainda em 1945, dissolver a AN e convocar eleições antecipadas, criando uma aparência de abertura política. Explicou ao fazê-lo, a 7 de outubro (marcando as eleições para 18 do mês seguinte): «Porque somos de opinião de que não se pode governar contra a vontade persistente de um povo, este dirá se deve mudar-se de sistema.»

Perante a surpresa, a oposição, autorizada a reunir-se em Lisboa para preparar o desafio eleitoral, agregou-se numa formação frentista – o MUD (Movimento de Unidade Democrática) – que reivindicou condições para desenvolver a

campanha e o adiamento do escrutínio por seis meses, de modo a garantir tempo de preparação (incluindo novo recenseamento). Em simultâneo, lançou-se uma vasta ação de âmbito nacional para recolha de assinaturas de apoio ao MUD, suscitando a adesão de dezenas de milhares de subscritores em todo o país.

Mas Salazar não só não cedeu em nenhuma das reivindicações oposicionistas como as autoridades, alegando estar em curso um ato subversivo, procederam à apreensão das listas de apoio ao MUD (que lhes foram voluntariamente entregues, exceto no Porto) e ficaram na posse dos nomes dos signatários.

A uma semana da ida às urnas, o MUD, considerando não existirem garantias mínimas de liberdade para a propaganda eleitoral, rejeita apresentar candidaturas e apela para a abstenção. Em mais uma entrevista a António Ferro, publicada nos matutinos três dias depois, o ditador diz-se perplexo com a atitude dos adversários, na medida em que «as eleições são absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra». Mas a verdade é que a UN concorre de novo sozinha, enquanto se desencadeia a perseguição aos assinantes das listas do MUD, sendo muitos detidos, outros colocados sob vigilância policial e ainda demitidos alguns dos que ocupavam cargos públicos.

A oposição iludira-se, prevendo erroneamente que os Aliados puxariam o tapete ao líder do Estado Novo. Foi esse o grande engano dos antissalazaristas, que, com a cãndida entrega das listas do MUD, ficaram expostos à repressão policial. Mas a crise também afetou Salazar, que passou nos meses seguintes por uma fase de aguda depressão psicológica, dominado pela insegurança e a incerteza quanto à

sua capacidade para conseguir assegurar a continuidade do regime e manter a sua estabilidade. «Quando o visitei naquela ocasião, ele estava num estado de grande depressão», testemunhará por escrito o embaixador Marcello Mathias, então com as funções de secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. «Falou-me em abandonar o governo, dizendo-me que se não se sentisse com forças para assumir a responsabilidade plena das suas funções preferia ir-se embora. Disse-me que tinha a impressão de que a sua autoridade já não era devidamente respeitada.»

A tranquilidade pós-eleitoral terá fornecido algum arrimo ao ditador, que em fevereiro de 1946, numa alocução à UN, defende o uso da mão pesada para perseguir os oposicionistas: «Tem sido necessário excluir da vida corrente, dado o desregramento passional dos portugueses, tudo que pudesse quebrar a unidade moral da nação. [...] Somos obrigados a evitar, por todos os meios ao nosso alcance, que se destrua o que, mercê de tantos esforços, se tem podido conseguir.» O MUD virá a ser ilegalizado e será efetuado um saneamento nas universidades, com a expulsão de vários académicos ligados à oposição.

O revirvalho volta entretanto a desassossegar-se. Em outubro desse ano, uma coluna militar sublevada que parte do Porto em direção da Lisboa é travada por forças governamentais na Mealhada. Insistem os insurretos em abril de 1947, fracassando de novo mas conseguindo sabotar dezenas de aviões militares estacionados na Base Aérea de Sintra.

No início de 1949, em campanha para novas eleições presidenciais, emerge outra frente oposicionista com a candidatura do general José Maria Norton de Matos, que na I República fora ministro da Guerra (ao tempo do envolvimento

de Portugal no primeiro conflito mundial) e governador de Angola. O candidato do regime será de novo Óscar Carmona, depois de Salazar ter rejeitado a hipótese de se propor ele próprio para Belém, apesar dos pedidos nesse sentido feitos por Marcello Caetano, na qualidade de presidente da Comissão Executiva da UN (depois de ter sido ministro das Colónias).

O fulgor da candidatura de Norton de Matos não será tão intenso como no tempo do MUD, e de qualquer modo o general, confirmando o padrão comportamental da oposição, apresenta a desistência à boca das urnas (embora contra sua vontade e por pressão dos comunistas), deixando o caminho aberto para a reeleição de Carmona.

Vive-se em pleno início da Guerra Fria, com o crescimento da tensão entre a União Soviética e a esfera ocidental, liderada pelos Estados Unidos, e Salazar, que desconfia da divisão do mundo em dois blocos, retirando poder geoestratégico à Europa, começa por rejeitar a ajuda económica norte-americana à reconstrução europeia no pós-guerra, decidida em 1948 por Washington através do Plano Marshall. No entanto, como os EUA estão interessados em permanecer nas Lajes (um porta-aviões fixado a meio do Atlântico Norte, que, com o fim da guerra, passou para a administração portuguesa), o presidente do Conselho vê a oportunidade de jogar com os dois fatores: faz um acordo com os norte-americanos para a sua permanência na base aérea açoriana, renovável a curto prazo a troco de múltiplos benefícios para o Estado-senhório, e acaba por se juntar aos outros 16 governos europeus que haviam aderido ao Plano Marshall, implicando a entrada no país de 140 milhões de dólares na transição para a década de 1950.

Mas Salazar, que crê na possibilidade de um enfrentamento bélico entre os EUA e a União Soviética, vai ainda mais longe, ao abandonar a neutralidade mantida durante o conflito global para se colocar ao lado de Washington na assinatura, em 1949, do Tratado do Atlântico Norte (ou Pacto do Atlântico), anunciado como uma aliança militar defensiva contra as ameaças de expansionismo de Moscovo (em cuja órbita se situam já diversos países do Leste europeu). Tendo passado por fim a pasta dos Negócios Estrangeiros, dois anos antes, a José Caeiro da Mata (que na década anterior fora titular do cargo e estava na Educação Nacional), Salazar não tem de se deslocar à capital federal norte-americana para subscrever o tratado, tarefa que fica a cargo do ministro e de Pedro Teotónio Pereira, então embaixador em Washington.

Deste modo, Portugal torna-se um dos 12 países fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, ou NATO na sigla em inglês) – o único que não teve envolvimento direto da Segunda Guerra Mundial e também o único sob regime ditatorial (tendo o chefe do Estado Novo declarado na ocasião, sem consequência, que a Espanha de Franco também devia pertencer à coligação atlantista, depois de Madrid, alegando incompatibilidade com o Pacto Ibérico, ter levantado objeções à adesão portuguesa). O certo é que a NATO e a integração do país na área geopolítica ocidental redundarão num seguro de vida para a ditadura.

Aos 60 anos e à beira de perfazer duas décadas à frente do governo, Salazar mantém intacta a clareza de espírito. Contudo, já não dispõe do dinamismo inovador da década de 1930, que se apaga em paralelo com o surgimento dos sinais de cristalização do regime e da sua incapacidade de rejuve-

nascimento (apesar da aposta na formação de quadros através da MP).

É verdade que a oposição parece desarticulada, sobretudo depois da captura, em 1949, do líder do PCP, Álvaro Cunhal, e da sua condenação a quatro anos e meio de cadeia (o que na realidade, com a possibilidade, ao fim da pena, de aplicação das chamadas medidas de segurança prorrogáveis de três em três anos – uma aberração jurídica inventada pelo poder ditatorial –, corresponde a uma sentença de prisão perpétua, que o secretário-geral comunista irá cumprindo no Forte de Peniche, dada a progressiva desativação do Tarrafal, que será fechado em 1954).

Mas o sistema corrói-se por dentro, ficando mais expostas as fraturas entre os diversos grupos de apoio ao Estado Novo: reformadores contra conservadores, industrialistas contra ruralistas, monárquicos contra republicanos. O ditador, que se quer eternizar evitando trabalhar na sua própria sucessão, teme esses potenciais confrontos e adota atitudes conciliadoras, ao procurar, sempre que lhe é possível, pairar acima das querelas e recusar tomar partido.

Com a morte de Óscar Carmona, em 1951, volta a aflorar uma oportunidade de renovação com a hipótese da candidatura de Salazar nas eleições antecipadas que terão de se convocar para a Presidência. Mário de Figueiredo avança na AN (onde é porta-voz do governo) com uma solução alternativa, através da qual o presidente do Conselho acumulará os dois cargos como via para uma futura restauração monárquica. Os deputados chegam a aprovar essa saída (que conta também com o apoio do conde de Lumbrals), mas condena-a a fação republicana do regime, que reúne nomes tão díspares como Marcello Caetano (a ocupar entretanto a presidência da Câ-

mara Corporativa), Albino dos Reis e o ultramontano Santos Costa. Salazar, que desde sempre evitou suscitar a questão do regime, acaba também por rejeitar tal cenário, optando, ao invés, por apresentar ao escrutínio eleitoral outro militar, o general da Força Aérea (e também deputado) Francisco Craveiro Lopes (proposta a que Santos Costa, de balde, se opõe). Craveiro Lopes vencerá sem rivais (depois de um candidato da oposição ter sido rejeitado por suspeita de ser comunista e de outro ter desistido pela inevitável ausência de condições para a campanha).

As tarefas do Estado não anulam a Salazar a capacidade de manter os seus devaneios amorosos, que se foram somando ao longo do tempo. Mesmo em idade avançada, o presidente do Conselho continuava a causar furor no setor feminino, fazendo jus à posterior definição do poder como o maior dos afrodisíacos (avançada pelo diplomata norte-americano Henry Kissinger).

Nesse capítulo, o ditador atuava com a maior das descrições, mas um caso acabou por transpirar para a esfera pública: o seu romance com uma viúva 13 anos mais nova, a aristocrata Carolina Correia de Sá, filha do visconde de Asseca e tida por viscondessa com esse título (embora dele não fosse herdeira, sendo na verdade condessa de Anadia por via do marido, Miguel de Sá Pais do Amaral, falecido em 1929). Tudo começou quando Salazar, no imediato pós-guerra, convidou outra viúva, D. Amélia de Orleães e Bragança, a última rainha de Portugal (consorte de D. Carlos), a visitar Portugal, de onde saíra com D. Manuel II enquanto caía a monarquia. Com D. Amélia, viajou até Lisboa Carolina, sua dama de companhia, cuja família acompanhara o exílio do que restava da família real. Tendo oferecido um chá à rainha e comitiva nos

jardins de São Bento, o anfitrião ter-se-á então enamorado da dama de companhia, no que foi correspondido, a ponto de surgirem especulações nos meios monárquicos e conservadores sobre as consequências de um rumorejado matrimónio entre ambos. Contudo, como era hábito nas suas relações amorosas, o presidente do Conselho acabou por deixar arrefecer o entusiasmo, ficando a inconsolável viúva a escrever-lhe cartas desesperadas que não teriam resposta.

No início da década seguinte, o coração de Salazar passa a ser ocupado pela jornalista e escritora francesa Christine Garnier, enviada em 1951 a Portugal para o entrevistar e escrever um livro sobre ele. É uma paixão que o absorverá como talvez nunca nenhuma outra. Cosmopolita, viajada e frequentadora dos meios da extrema-direita francesa, Garnier desperta no presidente do Conselho um arrebatamento de tal forma intenso que o estadista resolve abrir os cordões à sua poupada bolsa para lhe oferecer prendas entregues em várias partes do mundo, entre elas um valioso anel cuja aquisição solicita a Marcello Mathias, então embaixador em Paris.

Quando o marido da escritora descobre as apaixonadas cartas de Salazar, o divórcio é inevitável. Além de replicar epistolarmente ao amante (em missivas remetidas à governanta de São Bento, evitando assim que a PIDE as abra e leia), a francesa passa longas temporadas em Portugal, subsidiadas pelo chefe do Estado Novo. O agente da PIDE António Rosa Casaco, membro da segurança de Salazar e o único autorizado a fotografar a intimidade de ambos, dirá nunca ter visto outra mulher dar desta forma a volta à cabeça do governante.

No livro que escreveu em resultado das visitas, *Férias com Salazar*, Garnier desvendou parte do mundo privado do ditador, desde as suas frequentes estadas no Vimieiro, para tratar

da propriedade herdada da família (a que ainda acrescentou nova parcela) e dela produzir algumas centenas anuais de garrafas de vinho (de duvidosa qualidade, dirão os especialistas) até à sua vilegiatura estival no Forte de Santo António, em São João do Estoril. Nos dois locais (onde também conviveu com a autora), Salazar continua a despachar assuntos oficiais, e no forte chega até a receber ministros. Para um e para outro, vai sempre acompanhado de Dona Maria e das duas pupilas.

Como é de regra, também o seu amor por Christine Garnier acabará por esmorecer. Salazar distancia-se aos poucos, deixando extinguir lentamente o fogo da paixão sem nunca o confessar à parceira. O que não obstará a que as visitas dela se prolonguem durante anos, assim como a troca de correspondência entre ambos.

À escritora francesa, o presidente do Conselho admite a preferência por uma governação solitária, longe de debates, de influências e de multidões: «Há várias maneiras de governar, e a minha exige a solidão», explica-lhe. «A solidão ajudou-me seguramente muito na minha missão e permitiu-me, tanto no passado como hoje, concentrar-me, ser mestre do meu tempo e dos meus sentimentos, nunca me deixar influenciar nem confundir.»

É com essa atitude de homem de gabinete que recusa viajar para conhecer as realidades locais: pouco dentro do país, nada fora dele (à parte mais um ou outro encontro com Franco para lá da fronteira). Recusou, por exemplo, insistentes convites para uma ida oficial a Londres (recebendo porém em Lisboa a rainha Isabel II em 1958).

Na verdade, Salazar tem dificuldade em compreender o mundo do pós-guerra e em se lhe adaptar. O seu ideário

nacionalista não comporta lugar para as estruturas supranacionais (além da NATO), descrendo de uma solução federal para a Europa. Dispôs-se, no entanto, a aceitar a entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU, que após 1945 se propôs dar continuidade, de forma geograficamente mais abrangente, à fracassada Sociedade das Nações). O convite foi feito logo em 1946 pelos EUA, o Reino Unido e França mas foi enfrentando o veto anual sistemático da União Soviética (poder que lhe foi atribuído, assim como aos três outros Estados, por, como um dos vencedores da guerra, ser membro permanente do Conselho de Segurança da organização), e Portugal acaba por ser admitido apenas em 1955.

Todavia, em pleno período descolonizador, Salazar desconfia dos princípios reinantes na ONU, sabendo dos problemas que podem trazer para a manutenção do império português. Problemas que, aliás, começaram cedo, logo em 1948, quando a União Indiana (ela própria descolonizada no ano anterior) pediu a Portugal o início de conversações com vista a integração de Goa, Damão e Diu. O presidente do Conselho recusou liminarmente, com uma resposta a Nova Deli, por via diplomática, que pretendia definitiva: «O Governo português não pode discutir ou negociar com um governo estrangeiro questões de soberania dos seus territórios.»

Mas à cautela, em junho de 1951, promove uma revisão constitucional que altera a designação das colónias para «províncias ultramarinas», suprimindo-se a expressão «Império Colonial Português».

O que não impede o surgimento de núcleos independentistas em Angola na segunda metade dos anos 1950. Nem refreia os impulsos indianos, cujos militantes nacionalistas ocupam em julho de 1954 dois enclaves perto de Damão

– Dadrá e Nagar Aveli, com menos de 500 km<sup>2</sup> – desde há quase dois séculos administrados por Portugal, sem que Lisboa esboce qualquer reação de defesa, a não ser o competente protesto diplomático.

Os augúrios podem anunciar-se ameaçadores para Salazar, mas ele não deixa de se manter intransigente na defesa da coesão imperial.

# SOBREVIVÊNCIA

«Aguentar! Aguentar! E nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça!»

Discurso à União Nacional, 23 de maio de 1959.

O crescimento europeu do pós-guerra permite a Salazar abrir um pouco mais os cordões à bolsa sem perder o controlo das contas públicas. Institui a partir de 1953 os Planos de Fomento, programas de investimento público com duração de seis anos cada um. A adesão ao Plano Marshall também dera um forte contributo, se bem que, no balanço feito por Washington, os objetivos desse programa – promover a industrialização, a democratização e o bem-estar social nos países europeus – não tenham sido atingidos no caso de Portugal (assim como nos da Grécia e da Turquia).

O presidente do Conselho tem a noção de que precisa de atualizar o Estado Novo para o adaptar à evolução dos tempos, e para isso, em julho de 1955, recruta Marcello Caetano como ministro da Presidência, confiando numa lealdade que se alia à franqueza, já que o ex-titular das Colónias nunca hesitara em criticar junto de Salazar (mas sempre em privado) tudo o que achava mal no funcionamento do regime. No plano económico e social, o novo ministro é um dos principais adeptos da industrialização acelerada, da abertura do

mercado à Europa e da subida do nível de vida da população, o que anuncia perspectivas de modernização. Pela primeira vez, há quem julgue que, com a nomeação de Caetano como uma espécie de delfim, o ditador, aos 66 anos, está a abrir caminho para um possível sucessor, quiçá mesmo para uma evolução do Estado Novo, cumpridos os seus objetivos, para algo diferente.

Mas nem tudo corre com acerto entre os dois homens. Depois de Salazar ter mais um encontro com Franco na localidade raiana de Ciudad Rodrigo, em 1957, especula a imprensa estrangeira que os dois chefes ibéricos haviam acertado uma transição articulada para a monarquia em ambos os países, e Caetano, após consultas com o presidente do Conselho, apressa-se a esclarecer os jornalistas que «não existe em Portugal problema de regime». Publicada nos vespertinos, a declaração suscita apreensões a Salazar, que ordena aos serviços de censura a sua proibição nos matutinos do dia seguinte. O ministro da Presidência, sentindo-se desautorizado, sugere ao seu chefe estar disponível para abandonar o governo, mas ao mesmo tempo indaga-o quanto ao motivo para intervenção tão drástica, uma vez que aquela declaração teria sido acertada entre os dois. Salazar, que continua a contar com o apoio dos monárquicos ao Estado Novo, explica-lhe haver uma diferença entre dizer que «não existe» o problema de regime e dizer que «não está posto» o problema de regime, como devia ter sido declarado. Mas Caetano permanece, dedicando-se a liderar a preparação do II Plano de Fomento (e também a lançar, no mesmo ano, a Radiotelevisão Portuguesa).

O presidente do Conselho, apesar de confessar aos mais próximos o desejo de regressar ao Vimieiro para uma reforma tranquila, continua sem dar sinais de ceder o poder. Não

vislumbra alternativa nem à sua pessoa nem à ditadura, já que, como em julho de 1957 explicou à UN, «a democracia política, sob a sua forma parlamentar e partidária, entrou há muito em crise de descrédito e decomposição», que «há de arrastar-se décadas».

Entretanto, com a eleição presidencial prevista para o ano seguinte, tornara-se óbvio que Craveiro Lopes, em relação a quem Salazar sentia há muito uma proximidade a Caetano, não se afigurava como o Presidente cúmplice que Carmona fora, atribuindo-se-lhe até intenções de, caso fosse reeleito, vir a recorrer ao mecanismo constitucional que lhe permitiria substituir o chefe do executivo. Muitos dos apaniguados de Salazar alertam-no também para uma possível proximidade do Presidente da República às esquerdas, mas ele não acredita: «[Craveiro Lopes] não tem inteligência suficiente para me iludir.»

Se era ou não autêntico o plano de Craveiro Lopes, não se saberá, mas o certo é que Salazar (que continua a rejeitar pressões para ir ele próprio para Belém) também não lhe dará oportunidade de concretizá-lo, escolhendo, contra a opinião de Caetano, outro candidato da UN às presidenciais marcadas para 8 de junho de 1958. A indignação recai em mais um oficial superior (da Armada, como convém, depois de o Exército e a Força Aérea já terem ocupado a Presidência), e com provas de fidelidade há muito prestadas como ministro da Marinha – o contra-almirante Américo Tomás.

Será a mais difícil campanha presidencial enfrentada por Salazar, durante a qual ele sentirá o próprio regime periclitante. A oposição congrega-se em volta de um pletórico e truculento candidato, antigo tenente do 28 de Maio e que fora até há pouco um dos mais ativos colaboradores da dita-

dura – o general da Força Aérea Humberto Delgado. Logo na conferência de imprensa de apresentação de candidatura, quando questionado sobre o destino que dará ao presidente do Conselho em caso de vitória eleitoral, Delgado ousa pronunciar a frase que ninguém julgava possível ouvir: «Mas obviamente demito-o».

A declaração suscita uma inédita onda de entusiasmo antissalazarista pelo país fora, com grandes manifestações de receção ao general nas maiores cidades, revelando até que ponto o outrora popular governante de Santa Comba está isolado da opinião pública. Por um momento, o regime fica paralisado, sem saber como reagir. Mas, depois de o próprio Salazar tomar em mãos o plano de contra-ataque, numa reunião de emergência do seu governo, o Estado Novo acabará por sobreviver, para o que contribui o reforço da ação repressiva (entregue a Santos Costa, ainda titular da pasta já designada por Defesa Nacional), a intimidação exercida sobre os delgadistas e um rol de fraudes praticadas nas urnas (oficializando-se uma vitória de Américo Tomás, com cerca de 75% dos sufrágios contra 23% para o adversário, que nunca será reconhecida pela oposição). De qualquer modo, o caso Delgado projeta-se para o futuro como prova de que Salazar não é invencível, antes parecendo mais vulnerável do que nunca.

No rescaldo, o ditador, que a propósito das candidaturas de Norton de Matos e de Delgado falara em tentativas de «golpe de Estado constitucional» por quererem substituí-lo, resolve sem reboços, logo no ano seguinte, mexer na Constituição para tornar a eleição presidencial dependente não da incerteza do sufrágio universal (mesmo que condicionado pelas muitas limitações à propaganda oposicionis-

ta) mas do carimbo seguro aposto por um colégio eleitoral da inteira confiança do regime (composto pelos deputados, os procuradores à Câmara Corporativa e representantes das câmaras municipais e da administração colonial, dependentes sempre de nomeação governamental). Demitido da Força Aérea, Delgado será forçado ao exílio, enquanto Salazar afasta do governo Caetano (pondo termo ao suposto delfinato) e, à guisa de compensação, também Santos Costa, que pertencia a uma facção rival.

Um mês antes do afastamento de Caetano, Salazar recebera uma extensa carta do bispo do Porto, António Ferreira Gomes, ainda no rasto do ato eleitoral, na qual, sob a forma de tópicos para uma conversa entre ambos que nunca chegaria a existir, o prelado colocava diversas questões de âmbito social em que entendia haver contradição entre a prática do Estado Novo e a do catolicismo, avisando logo de início: «Creio bem estar com a doutrina da Igreja [...] ao discordar de doutrinas que, sendo de V. Exa., são da Situação.» Contestava a proibição das greves e o corporativismo do regime («Temos de ser francos, talvez brutais: o corporativismo português, como outros já passados, foi realmente um meio de espoliar os operários do direito natural de associação»), assim como a frequente acusação de subversão comunista que o regime lançava sobre os protestos operários («O comunismo pode coincidir com certas incidências concretas da sociologia cristã, que lhe é anterior, sem que por isso haja razão ou vantagem em falar de filocomunismo ou criptocomunismo para lançar a divisão entre cristãos»). E punha em causa a obsessão do presidente do Conselho por finanças públicas sãs como valor absoluto: «Se o equilíbrio financeiro é ótimo, nunca deve deixar de estar ao serviço do homem [...].

As finanças são o primeiro servidor e não podem ser, senão excecional e transitoriamente, o senhor da Nação.»

Tendo transpirado para o exterior o teor da missiva, Ferreira Gomes foi aconselhado dias depois a partir de férias para o estrangeiro por uns tempos, mas é logo depois proibido de entrar em Portugal, sendo forçado a um exílio de duração indeterminada, que passará em Espanha. O seu gesto simboliza a abertura de uma nova frente de combate contra o salazarismo (aliás já sentida na campanha de Delgado): a de gente ligada à Igreja, antes corpo seguro de apoio ao Estado Novo. Nada que Cerejeira, continuando como cardeal patriarca de Lisboa, consiga impedir.

Talvez não por acaso, em março do ano seguinte, ao frustrar ainda no ovo a chamada Revolta da Sé (ou «Golpe da Sé»), em Lisboa, a PIDE vem a deter muitos católicos envolvidos em mais uma tentativa de derrube de Salazar, envolvendo civis e militares. Entretanto, Humberto Delgado, temendo pela sua segurança, havia pedido asilo político na embaixada do Brasil em Lisboa, que lhe foi concedido, saindo ao fim de três meses para o exílio nesse país.

Em síntese, o fundador do Estado Novo está agora mais só do que nunca. Mas com a paranoia de sempre quanto a conspirações, internas e externas, contra o seu poder: «Habitados como Nação, desde séculos, a mandar em nossa casa, não julgamos possível serem bem sucedidas interferências estranhas que apoiam antinacionais do interior», proclama numa arenga à UN em maio de 1959. «Aguentar! Aguentar! E nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça!»

No início de janeiro do ano seguinte, o regime sofre outro golpe com a evasão do Forte de Peniche de Álvaro Cunhal e

mais nove altos dirigentes do PCP, sem que a PIDE consiga a recaptura do secretário-geral comunista.

Mas no dia seguinte dá-se a coincidência de, por opção de Salazar, se operar um gesto de profunda repercussão económica no país, com a assinatura em Estocolmo da convenção de criação da Associação Europeia de Comércio Livre (ou EFTA, na sigla em inglês), um espaço de mercado aberto alternativo à Comissão Económica Europeia (CEE, futura União Europeia), criada três anos antes. Liderado pelo Reino Unido, o projeto, além de Portugal (única ditadura presente), envolve ainda a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Suíça. Para o governante português, representa o fim do conceito de autarcia económica que sempre aplicara ao país e o seu império, abrindo portas ao período de maior crescimento do Produto Interno Bruto na história de Portugal, pelo menos desde que o indicador existe. Complementarmente, no mesmo ano, Portugal aderiu também às instituições do Banco Mundial.

Contudo, no domínio internacional, Salazar vive sob assédio permanente desde a entrada do país na ONU, por serem cada vez mais intensas no fórum mundial as pressões para Lisboa iniciar um processo de descolonização, vindas tanto dos países do bloco soviético como dos muitos Estados recém-independentes por se libertarem da tutela de outras potências europeias. A sua inflexibilidade a esse respeito continua a ser total: quando em 1960 o secretário-geral das Nações Unidas pede a Lisboa a lista de «territórios não-autónomos» que administra, o governo responde que não existem, mas apenas um país «pluricontinental e plurirracial».

Tudo convergirá assim para que, logo a seguir, 1961 seja um ano de todos os perigos para o presidente do Conselho,

que, mais do que nunca, verá posto em causa o edifício do Estado Novo que laboriosamente construiu ao longo de três décadas.

Tudo começa a 22 de janeiro, com o inédito desvio armado, por um comando oposicionista português em conjugação com um grupo espanhol antifranquista, após escala na ilha de Curaçau, do paquete português Santa Maria, o orgulho da marinha mercante nacional, então em pleno cruzeiro pelo Mar das Caraíbas, com mais de 600 turistas e 350 tripulantes a bordo. A operação, de que resulta um morto entre a tripulação, causa uma comoção nacional, com os piratas, falhado o seu objetivo de levar o navio até Luanda para desencadear a insurreição em Angola, a entregarem-se 10 dias depois às autoridades no Recife (e após garantia de asilo político dada pelo governo brasileiro).

Entretanto, articulada ou não com o desvio, dá-se na capital angolana, na madrugada de 4 de fevereiro, quando a cidade ainda estava repleta de repórteres estrangeiros enviados para cobrir a possível chegada do Santa Maria, um assalto armado a várias cadeias levado a cabo por duas centenas de militantes nacionalistas do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), sem sucesso mas com um saldo de várias vítimas mortais, incluindo sete polícias ou soldados (mais uma quantidade indeterminada de elementos da população africana durante os funerais no dia seguinte).

Presente à chegada do paquete ao cais de Alcântara, a 16 de fevereiro, saudada por uma multidão efusiva e ansiosa por esquecer as perturbações das últimas semanas, Salazar é instado, sem fazer por isso, a dizer umas palavras, e profere o mais curto discurso da sua carreira política: «Portugueses! O *Santa Maria* está connosco. Obrigado, portugueses.»

A sua relutância em falar nesse momento teria certamente que ver com a aparência de uma vitória manifestada pela massa humana que o ditador temia que não o fosse. O regime mostrava-se vulnerável para ser atacado nas suas fragilidades, e certamente ele tinha consciência disso.

Bastava, aliás, olhar para as dificuldades crescentes de Lisboa na frente diplomática. No mês anterior, iniciara o seu mandato um novo presidente dos EUA, o ainda jovem John Kennedy, mais empenhado em ganhar aliados entre os países emergentes, para contrariar a influência soviética, do que na ligação ao aliado lusitano. E logo a 13 de março, Washington coloca-se pela primeira vez na ONU ao lado do bloco afro-asiático contra Portugal, ao votar no Conselho de Segurança a favor de uma resolução condenando a política colonial portuguesa (sem porém recolher votos suficientes). Como se não bastasse, Salazar travava há mais de uma década um braço-de-ferro com o primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, a propósito da devolução da Índia Portuguesa, não se desviando um milímetro da sua intransigência.

As vulnerabilidades evidenciaram-se mais uma vez, com dimensão trágica, a 15 de março, quando outro grupo nacionalista angolano, a UPA (União dos Povos de Angola), desencadeou sem anúncio, no território setentrional da colónia, uma sucessão de massacres sobre a população civil desarmada, visando sobretudo gente de origem europeia mas também empregados africanos, sem poupar mulheres e crianças, com um balanço de mortes a rondar os 800 brancos e talvez milhares de negros.

Poderia tratar-se de retaliação contra uma campanha de brutal violência destinada a abafar reivindicações de trabalhadores africanos das plantações de algodão da Baixa do

Cassange (Malange), ocorrida dois meses antes com um saldo de centenas ou milhares de vítimas, mas para Salazar a resposta ao horror só podia ser uma: o envio de tropas para Angola, repondo a ordem colonial e reforçando uma soberania que, estranhamente, estava desguarnecida.

É nesse momento de emergência, todavia, que ele descobre uma grave lacuna na coesão das suas fileiras, ao receber, 12 dias após o massacre, uma carta do seu ministro da Defesa, general Júlio Botelho Moniz (outro tenente do 28 de Maio), exigindo, perante «a gravidade do atual momento», que «enche de preocupação o país, ao que as Forças Armadas não podem ser indiferentes», «adequadas medidas», como «chamar ao tablado político valores novos», de modo a evitar que se considere não possuir o país liberdades essenciais, e melhorar o «baixo nível de vida das classes rural, operária e média». A reclamação abrange também as Forças Armadas: «A situação destas é angustiosa [...], com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar.»

É um pronunciamento em marcha com vista ao possível afastamento de Salazar (embora não exigido de forma explícita na carta), vindo desta vez do interior do próprio poder e com conhecimento e acordo da diplomacia americana (que o ministro mantém informada). A manobra é elementar: Botelho Moniz convoca para 13 de abril uma reunião de altos responsáveis militares, o Conselho Superior do Exército, com um só tema, a imposição a Américo Tomás da saída do presidente do Conselho.

Salazar mostra-se, porém, longe de acabado. Avisado da convocatória de encontro por um oficial fiel – o subsecretá-

rio de Estado da Aeronáutica, coronel Kaúlza de Arriaga –, ganha tempo aceitando discutir com o titular da Defesa as suas pretensões enquanto prepara uma jogada de antecipação. Quando os chefes militares respondem à chamada de Botelho Moniz (comparecendo na reunião também Craveiro Lopes, agora irreduzível adepto da imediata deposição do ditador, talvez em resposta à afronta de 1958, correndo de resto o rumor de que Marcello Caetano estaria avisado e pronto a assumir a sucessão), é tarde de mais. O ministro, assim como o seu apaniguado coronel Francisco da Costa Gomes, subsecretário de Estado do Exército, haviam sido exoneros horas antes em jogada fulminante do chefe do executivo com a cumplicidade de Tomás (seguindo-se uma limpeza dos comandos militares). Para os oficiais reunidos com o já ex-governante, deixa de existir via «legal» para impor a demissão de Salazar, e o golpe palaciano fracassa. Relata a Washington o embaixador dos EUA: «O plano de Moniz falhou devido à fraca preparação ou a falta de coragem. Não há dúvida de que a rápida iniciativa de Salazar apanhou Moniz de surpresa.»

O presidente do Conselho avoca de novo a si mesmo, a título interino, a Defesa, e nessa noite fala ao país pela rádio e a TV: «Se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta de Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do governo que se verificará a seguir, a explicação concretiza-se numa palavra, e essa é Angola. [...] Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão.»

«Para Angola rapidamente e em força» torna-se a divisa que passa a imperar para responder à revolta africana, porque Salazar não admite qualquer tipo de solução negociada, seja

como for ou com quem for. E assim tem início uma guerra de guerrilha na colónia, que as tropas portuguesas, apesar de dominantes, nunca conseguirão extirpar.

Em África sente-se Portugal como potência colonial já debilitada, a ponto de elementos da República do Daomé (depois Benim), acabada de se tornar independente de França, empreenderem em agosto desse ano um assalto à indefesa Fortaleza de São João Batista de Ajudá, antiga feitoria portuguesa e entreposto de tráfico de escravos que há séculos se mantinha, insolitamente, nas mãos de Lisboa, e a cuja perda Salazar só pode reagir com um protesto formal na ONU. O que não impedirá, é claro, que o minúsculo enclave fique nas mãos do Daomé.

Na frente interna, insiste a oposição desviando em novembro um avião comercial que faz a ligação Casablanca-Lisboa para lançar panfletos antissalazaristas sobre a capital, a Margem Sul e Faro. Um dos operacionais é Hermínio da Palma Inácio, que já participara na sabotagem dos aviões da Base Aérea de Sintra em 1947, e à sua espera, no regresso à cidade marroquina, está o capitão Henrique Galvão, mais um dissidente do Estado Novo, ligado a Humberto Delgado e cérebro do ataque ao *Santa Maria*.

No mês seguinte, há sinais de que a União Indiana vai passar das palavras aos atos e invadir militarmente as possessões portuguesas. É esmagadora a diferença entre a pequena guarnição portuguesa de 3500 homens e as forças indianas acumuladas junto à fronteira de Goa, mas Salazar, numa carta ao governador-geral e comandante das tropas expedicionárias de Lisboa, general Manuel Vassalo e Silva, não admite outra hipótese para além da resistência: «É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e

espero esse sacrifício como única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados ou marinheiros vitoriosos ou mortos.»

Não era nada que Salazar não tivesse já antes formulado. Em novembro de 1954, logo após a ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli, antevendo o que estava para vir, proclamara dramaticamente à AN: «E se [...] a União Indiana levar a guerra ao pequeno território [de Goa], que podem fazer as forças que ali se encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. [...] Todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou 15 mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia.»

Mas há uma diferença entre uma exigência longínqua para supostamente se honrar a História e uma atitude a tomar perante forças doze vezes superiores concentradas à vista desarmada. Desencadeada a invasão a 18 de dezembro, Vassallo e Silva, após uma resistência simbólica, com um custo de três dezenas de mortos e a destruição de uma fragata, acabará por não obedecer à ordem suicidária de Salazar, ordenando uma rendição incondicional para minimizar perdas. O fim do chamado Estado Português da Índia redundará assim numa frustração para o ditador, cujo governo votará à ignomínia a guarnição e o seu comandante, transformados em bodes expiatórios da derrota.

Mas o pesadelo de 1961 não terminou para Salazar a 31 de dezembro, porque na noite da passagem de ano um comando oposicionista tenta ocupar o Regimento de Infantaria n.º 3, em Beja, para que Humberto Delgado, entretanto entrado clandestinamente no país, possa a partir daí incendiar o resto do território nacional, com uma proclamação apelando para o derrube do tirano e o fim do regime. Contudo, a inépcia dos assaltantes determinará o fracasso da operação, que mesmo assim causa a morte do subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca (atingido por fogo governamental quando acorre ao quartel), enquanto Delgado empreende uma fuga por estradas secundárias para passar a fronteira.

Na aparência, é demasiado para que, ao início de 1962, seja possível imaginar a sobrevivência política de Salazar por muito mais tempo.

# NAUFRÁGIO

«Sinto-me caminhar cada vez mais para a morte, passo horas e horas a pensar na minha sucessão. Procuo alguém que seja capaz e queira defender com firmeza o Ultramar. E não encontro. Não encontro!»

Em confidência no círculo próximo, 1967.

**S**e nas suas primeiras três décadas como chefe do governo Salazar puxou pelo país, a partir de certo momento é o país que carrega Salazar como um fardo. Mantendo o império como anacronismo histórico, o ditador não tem soluções para os portugueses, a não ser prosseguir sem fim à vista a guerra em África. Sempre iluminado, recusará conhecer *in loco* as circunstâncias e os problemas de qualquer das sete partidas imperiais, como em abril de 1966, deferindo o pedido de uma visita a Angola «para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heroico esforço da defesa».

Abrem-se entretanto novas frentes de combate na Guiné-Bissau, em 1963, e em Moçambique, no ano seguinte, sem que o presidente do Conselho entenda repensar a sua política colonial. Parece imbuído de um impulso místico quando, em agosto de 1963, a encerrar um interminável discurso lido na rádio e na TV para justificar a sua teimosia, exalta o cumprimento do dever por parte de quem se bate pela manutenção da presença portuguesa em África e profere, em jeito de

advertência: «Eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos. Melhor: nós havemos de chorar os mortos se os vivos os não merecerem.» Uma dureza que não terá caído bem entre os seus e que procura atenuar semana e meia depois no Palácio de São Bento ao agradecer o apoio da tropa, mas mantendo o tom de missão transcendente: «Dei há dias a entender a obrigação de merecermos os nossos mortos. [...] Não temos só o dever de merecer os mortos; temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos.»

Prefere assim manter o supremo sacrifício de quem combate a aceitar promessas de ajuda económica e financeira a Portugal feitas pela administração Kennedy em troca de sinais com vista à autodeterminação dos territórios africanos, proclamando no mesmo ano, numa reunião com ministros: «Quero este país pobre, se for necessário, mas independente – e não o quero colonizado pelo capital americano.»

É certo que, com o assassinio do presidente norte-americano, no final de 1963, Washington, que receia perder as Lajes, se torna mais flexível perante a política salazarista em África, mas, apesar de a NATO nunca ousar retirar o apoio a Lisboa, sente-se o incómodo dos seus membros com a intransigência portuguesa.

A ameaça de isolamento internacional, contudo, não remove Salazar, que, a 18 de fevereiro de 1965, garante à nova Comissão Executiva da UN: «Combatemos sem espetáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.»

Cinco dias antes de estas palavras serem proferidas, uma brigada da PIDE (chefiada pelo ex-guarda-costas do ditador Rosa Casaco) havia assassinado Humberto Delgado (e a sua secretária e amante, a brasileira Arajarir Campos), depois de ter atraído o general a uma cilada na raia espanhola, perto de

Oliveira, sob a ilusão de vir a chefiar uma nova ação antissalazarista. Após semanas de especulações sobre o paradeiro do ex-candidato presidencial, os dois cadáveres só viriam a ser descobertos a 24 de abril, nunca tendo o governo português reconhecido a autoria do crime.

Para o seu círculo mais próximo, Salazar classificou logo o homicídio como «uma maçada», não excluindo a hipótese mais óbvia: «Se acaso foi gente nossa que praticou o crime, e se isso for provado, aí está o tipo de coisa que pode desmantelar um regime.» Tutelando diretamente a PIDE – caso ele desconhecesse antes a intenção dos assassinos –, não poderia deixar de ter acesso mais tarde a toda a verdade, mas, com a tal noção das funestas consequências para o seu poder, optou pela suprema hipocrisia de desviar culpas e insinuar um acerto de contas no seio da oposição: «Traído porventura pelos que se afirmavam seus correligionários, [o ex-general Delgado] parece ter tomado uma decisão em termos definitivos – acordar com outros conspiradores numa revolução "imediate" ou entregar-se às autoridades portuguesas e "dizer tudo"», afirmar-se em novembro desse ano na única vez que falou do tema em público, durante um discurso da campanha da UN para nova escolha de deputados à AN. «A nós nos convinha que falasse; a outros havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar.»

Esse 1965 é o ano em que todo o regime se cristaliza, com a eliminação de Humberto Delgado e, cinco meses depois, a recondução presidencial de Américo Tomás pelo colégio eleitoral, escusando-se a oposição, mais uma vez, a ir às urnas no escrutínio para deputados.

Por um instante, em 1966, Salazar parece dar a ideia de se despedir do poder. É nas celebrações dos 40 anos do 28

de Maio, que o levam a regressar a Braga (viajando pela primeira e única vez de avião, de Lisboa ao Porto) para proferir novo discurso jubilatório. Já perto do fim do texto, com o seu eterno sotaque beirão, lê a frase «eis um belo momento para pôr ponto nos 38 anos que levo feitos de amargurado governo», reclina-se na cadeira e olha para a assistência, tentando perscrutar a reação. Rompem palmas, protestos, gritos e desesperados vivas a Salazar, sobrepondo-se ainda uma voz masculina berrando «não apoiado, queremos Salazar!», enquanto o orador ajeita os óculos e esboça um sorriso de satisfação. Mas trata-se apenas de um momento de teatro executado por ele para provocar o efeito registado. Ao fim de quase 50 segundos de comoção e alvoroço, Salazar retoma o discurso para concluir, tranquilizando os áulicos: «Só não me permito a mim próprio nem o gesto nem o propósito porque, no estado de desvairo em que se encontra o Mundo, tal ato seria tido como seguro sinal de alteração da política seguida na defesa da integridade conquistada além-mar [mais aplausos, já aliviados] pelos muitos milhares de heróis anónimos que ali se batem.»

Em agosto desse ano, é inaugurada a maior obra pública do Estado Novo – a ambicionada primeira travessia sobre o Tejo em Lisboa –, e o ditador resiste às pressões dos discípulos para que se chame Ponte Salazar, avisando, sagazmente, que um diferente regime alterará no futuro a designação. O que não obsta a que, quando ele participa na cerimónia, a ponte tenha o seu nome escrito.

Salazar terá consciência do beco a que se remeteu, mas sente não dispor de margem de recuo. E não confia em ninguém a quem passar testemunho para liderar o combate pela conservação do império. «Sinto-me caminhar cada vez mais

para a morte, passo horas e horas a pensar na minha sucessão», confia a um próximo em inícios de 1967. «Procuro alguém que seja capaz e queira defender com firmeza o Ultramar. E não encontro. Não encontro!» Depois dele, será o dilúvio: «Quando eu desaparecer vai ser para aí uma confusão!», profetiza já no ano seguinte. «Tenho pena dos que assistirem a isso, vai ser uma confusão terrível.»

É certo que não existe na sociedade portuguesa um movimento generalizado de repúdio pela situação: os homens mais novos estão a ser mobilizados para África e a geração acima, para fugir à pobreza, está a emigrar cada vez em maior número, por via legal ou «a salto». Mas não param as manifestações de inquietação ou perturbação.

O Estado Novo (que já ninguém trata assim, tão velho ficou) perdeu há muito o apoio da academia, sobretudo depois da crise universitária de Lisboa em 1962, com o vasto movimento de protesto contra a proibição das tradicionais celebrações do Dia do Estudante, levando Marcello Caetano a demitir-se do cargo que então ocupava de reitor da Universidade Clássica de Lisboa. Em 1965 há mais protestos e manifestações juvenis depois da detenção, na capital, de dezenas de universitários ligados às associações estudantis. Também os católicos chamados progressistas vão apresentando reclamações contra o regime sob a forma de abaixo-assinados.

Um grupo oposicionista capitaneado por Palma Inácio rouba em 1967 uma fortuna da delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, no mais valioso assalto da história nacional. Alguns notáveis do regime surgem envolvidos nesse ano no escândalo «*ballet rose*», um caso judicial de pedofilia (então «corrupção de menores»), que acaba por atingir o ex-ministro de Estado e ministro da Economia José Correia

de Oliveira (um dos salazaristas mais apaixonados da nova geração), provocar a demissão do ministro da Justiça, João Antunes Varela (um possível sucessor do presidente do Conselho), presume-se que por discordâncias a entaves colocados ao andamento dos autos (que são ocultados do público), e levar Salazar a deportar para a ilha de São Tomé o dirigente oposicionista Mário Soares (advogado da família de Humberto Delgado no processo do seu assassinio), acusado de divulgar a história à imprensa estrangeira.

Ainda em 1967, incidentes em Macau entre a polícia e manifestantes pró-Pequim levam à invasão do enclave pelos «guardas vermelhos», em plena Revolução Cultural chinesa, e a uma humilhante retratação do governador português, sem que Salazar, mais pragmático perante o maoísmo, imponha aí qualquer obrigação de martírio.

Já com a Igreja ele se mostra menos contemporizador, indignado com a visita do Papa Paulo VI à União Indiana em 1964 ou o anticolonialismo contido na sua encíclica *Populorum Progressio*, de março de 1967, chegando a ponderar a proibição da ida do pontífice a Fátima dois meses depois, para assinalar o meio século sobre as supostas aparições no local, ou a recusa em cumprimentá-lo. Mas acaba por lhe prestar aí uma fria receção, com Cerejeira ao lado, entre especulações de que perdeu a fé ou que considera este Papa um anti-Cristo – suprema amargura para quem assentou toda a carreira na doutrina política e social do Vaticano (embora pareça de facto agora mais afastado da dogmática católica).

Por fim, em junho de 1968, Salazar expulsa do país o coreógrafo belga Maurice Béjart, por, ao terminar o seu primeiro espetáculo em Lisboa, pedir do palco um minuto de silêncio «contra todas as formas de violência e de ditadura»,

a propósito do homicídio, acabado de ocorrer nos EUA, do candidato presidencial Robert Kennedy, irmão do presidente também assassinado.

Por esta altura, alguns dos ministros de Salazar, que vai a caminho dos 80 anos, notam-lhe quebra no vigor político, sobretudo no plano interno. Tem momentos de alheamento, e a propósito do caso Béjart repete numa reunião do Governo o que já expusera na véspera, perante o embaraço silencioso do gabinete. Teme-se que esteja no limite das suas capacidades governativas.

No início de agosto desse ano, no terraço do Forte de Santo António, ao sentar-se, quase deixando cair o corpo, numa cadeira de lona, esta cai para trás e ele bate com a nuca no solo de laje (pelo menos será esta a versão que mais circulará sobre o acidente, posta a circular pela governanta). Não acusa qualquer dano e rejeita assistência médica. Mas um mês depois começa a sentir crescentes dores de cabeça. Levado ao hospital quando já exhibe graves perdas de memória e um discurso incoerente, os médicos detetam-lhe um hematoma craniano, possível sequela da queda da cadeira. É operado de urgência na própria noite dos exames, aparentemente com sucesso. O regime, que parecia acreditar na imortalidade do chefe, fica em estado de choque, e o país suspenso do resultado da operação. Salazar parece melhorar, mas sofre um acidente cardiovascular nove dias depois. Toda a ciência clínica será impotente para proceder à sua recuperação, e os médicos declaram-no incapacitado em definitivo para o exercício de funções.

Ouvidos os notáveis da situação, Tomás é forçado à única deliberação que não gostaria de assumir: exonerar Salazar e nomear o seu substituto. Não haverá opção fácil, mas mesmo

assim é sem grandes surpresas – apesar da discrição do indigitado nos tempos mais recentes – que a escolha acaba por recair em Marcello Caetano, o delfim que deixara de o ser para se confirmar agora como o real herdeiro.

Salazar tem alta do hospital apenas a 5 de fevereiro de 1969, e, por decisão do sucessor, respaldado por Tomás, recolhe aos seus aposentos de S. Bento com as honras inerentes ao presidente do Conselho. Na verdade, no seu remoto mundo mental, continuará convencido de que ainda exerce o cargo. E todos à sua volta colaboram na representação. Em setembro fala como chefe do governo numa entrevista ao matutino francês *L'Aurore*, criticando até Caetano por não querer fazer parte do elenco. Ministros e ex-ministros vão ao palacete fingindo despachar com ele, mas não com a regularidade que desejaria: «Os ministros não vêm...», lamenta-se a Rosa Casaco, que também o visita. Pelo seu 80º aniversário, a RTP procura recolher-lhe uma mensagem dirigida ao país, mas a equipa desiste da gravação ao fim de uma sucessão de tentativas em que a leitura do texto morre a meio.

A farsa só termina com a sua morte, a 27 de julho de 1970. Há luto nacional e funeral de Estado. Por vontade do próprio, a urna é depositada em campa rasa no cemitério do Vimieiro, ao lado dos restos mortais dos pais.

Não auferiu benefícios pessoais do exercício de funções públicas e são poucos os seus bens, mas deixa a Portugal uma pesada herança, difícil ou mesmo impossível de gerir.

---

**«QUERO ESTE PAÍS POBRE,  
SE FOR NECESSÁRIO,  
MAS INDEPENDENTE  
— E NÃO O QUERO COLONIZADO  
PELO CAPITAL AMERICANO.»**

---



# BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AA.VV., *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar – Biografia da Ditadura*, Lisboa, Editorial Avante!, 1999.
- AMEAL, João (direção), *Anais da Revolução Nacional* (5 volumes), Lisboa, Eurico Lima de Magalhães e Augusto Dias Arnaut, 1926-1945.
- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano – Cartas Secretas (1932-1968)*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994.
- BARRETO, António/MÓNICA, Maria Filomena (coordenação), *Dicionário de História de Portugal* (volumes 7, 8 e 9), Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999-2000.
- CABRITA, Felícia, *Os Amores de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.
- CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977.
- CASACO, António Rosa/MARJAY, Frederico P., *Salazar na Intimidade*, Lisboa, Marjay, 1954.
- CASTANHEIRA, José Pedro/CAEIRO, António/VAZ, Natal, *A Queda de Salazar – O princípio do fim da ditadura*, Lisboa, Tinta da China, 2018.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.
- DACOSTA, Fernando, *Salazar. Fotobiografia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar* (19ª edição), Lisboa, Casa das Letras, 2007.
- FARIA, Telmo, *Debaixo de Fogo! – Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 2000.
- FARINHA, Luís, *O Revirinho – Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Estampa, 1998.

## RETRATOS POLÍTICOS

- FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.
- GARNIER, Christine, *Vacances avec Salazar*, Paris, Bernard Grasset, 1952.
- GARNIER, Christine, *Jusqu'où Voient Mes Yeux*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1975.
- GONÇALVES, H. De Assis, *Intimidades de Salazar*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1971.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução – Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI (volume II – 1910-2005)*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- MATOS, Helena, *Salazar (vol. 2: A Propaganda)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas – Sindicalismo e Nacional-Sindicalismo, a História dum Conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand, 1978.
- MEDINA, João, *História Contemporânea de Portugal. Estado Novo (2 volumes)*, Lisboa, Amigos do Livro, 1985.
- MENESES; Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma biografia política (2ª edição)*, Lisboa, Dom Quixote, 2010.
- MORAIS, João/VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais (Portugal 1926-1985)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- MÚRIAS, Manuel Maria (coordenação), *Salazar – Edição do Centenário*, Lisboa, Referendo, 1989.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar (6 volumes)*, Coimbra, Atlântida, 1976-1985.
- NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo (1933-1974)*, Porto, Livraria Civilização, 1981.
- NOGUEIRA, Franco, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Civilização, 1986.
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947) (2 volumes)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- PIMENTEL, Irene Flunser (direção Joaquim VIEIRA), *Cardeal Cerejeira – Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis – Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Estampa, 1994.
- RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-74)*, Lisboa, Salamandra, 1990.

- REBELO, José, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.
- RÊGO, Raúl, *História da República (V volume)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987.
- REIS, António (direção), *Portugal Contemporâneo* (volumes 4 e 5), Lisboa, Alfa, 1990.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Estampa, 1995.
- RITA, Maria da Conceição de Melo/VIEIRA, Joaquim, *Os Meus 35 Anos com Salazar* (edição revista e aumentada), Lisboa, Reverso, 2022.
- RODRIGUES, António Simões (coordenação), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- RODRIGUES, José Paulo, *Salazar: Memórias para um Perfil*, Lisboa, Homem Magazine, 2000.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa – A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Edgar/NEVES, Roberto das, *A Fome em Portugal*, Rio de Janeiro, Germinal, 1959.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena, *El Gran Aliado de Franco – Portugal y la Guerra Civil Española: Prensa, Radio, Cine y Propaganda, A Coruña, Edicions do Castro*, 1998.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, Lisboa, Estampa, 1990.
- ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in *Nova História de Portugal* (XII volume), direção Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Presença, 1990.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, in *História de Portugal* (VII volume), direção José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1996.
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, 2013.
- ROSAS, Fernando/BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo* (2 volumes), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1928-1966)* (6 volumes), Coimbra, Coimbra Editora, 1939-1967.
- SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas (1960-1966)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.

## RETRATOS POLÍTICOS

- SALAZAR, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos* (5 volumes), Venda Nova, Bertrand, 1997-1998.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Diários*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo em linha (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886688>).
- SEABRA, Jorge/AMARO, António Rafael/NUNES, João Paulo Avelãs, *O CADC de Coimbra, a Democracia-Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* (volumes XIII e XIV), Lisboa, Verbo, 1997-2000.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand, 1999.
- TÁVORA, Artur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade e, *Salazar na Intimidade*, Braga, Oficinas Gráficas da Pax, 1936.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)* (2 volumes), Lisboa, Vega, 1991.
- TELO, António José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Porto, Asa, 1993.
- TORGAL, Luís Reis (coordenação), *O Cinema sob o Olhar de Salazar...*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX – Crónica em Imagens* (volumes 1920-1930, 1930-1940, 1940-1950, 1950-1960 e 1960-1970), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999-2000.
- VIEIRA, Joaquim, *António de Oliveira Salazar – Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2004.
- VIEIRA, Joaquim, *Marcello Caetano – Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2004.
- VIEIRA, Joaquim, *Homens para um Estado Novo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- VIEIRA, *A Governanta – D. Maria, companheira de Salazar* (edição revista e aumentada), Lisboa, Reverso, 2021.

### Artigos:

- BEBIANO, Rui «A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, outubro de 2003.

- DACOSTA, Fernando, «Mistérios da queda de Salazar», in *O Jornal*, 17/06/88.
- GAMEIRO, José, «Vida pessoal de Salazar: a depressão na política», in *Vértice*, 13/04/89.
- MELO, António, «O noivado secreto de Salazar», in *Público*, 11/02/96.
- MELO, António, «A virgindade de Salazar», in *Público*, 18/02/96.
- MELO, António, «Um pequeno salazarinho» (entrevista com Jean-François Garnier), in *Público*, 16 de Abril de 2000.
- MELO, António, «Nós somos ricos na inveja», in *Público*, 17 de Abril de 2000.
- MELO, António, «As banhistas da praia do Estoril», in *Público*, 18 de Abril de 2000.
- PEREIRA, Joana Dias, «Fabricando consensos e conflitos: protagonistas e temas da primeira onda de congressos associativos em Portugal (1865-1934)», in *Revista Brasileira de História*, n.º 88, São Paulo, Associação Nacional de História [do Brasil], 2021.
- VIEIRA, Joaquim, «A Pupila do Senhor Doutor», in *Expresso*, 17/09/1988.
- VIEIRA, Joaquim, «Lajes – 50 Anos de Segredos», in *Expresso*, 03/12/94 e 10/12/1994.

### **Publicações periódicas:**

*ABC*  
*Diário de Lisboa*  
*Diário de Notícias*  
*Flama*  
*História*  
*Ilustração Católica*  
*Noções Ilustrado (O)*  
*Panorama*  
*Ridículos (Os)*  
*Século Ilustrado (O)*  
*Vida Mundial Ilustrada*



Joaquim Vieira (n. 1951), jornalista, ensaísta e documentarista, esteve na direção do *Expresso*, RTP e *Grande Reportagem* e foi provedor do leitor do *Público*. Assinou a obra em 10 volumes *Portugal Século XX – Crónica em Imagens* e dirigiu uma coleção de fotobiografias de figuras nacionais do século XX, redigindo as de Salazar, Marcello Caetano, Almada Negreiros e Benoliel. Entre outros títulos, escreveu *A Governanta – D. Maria, companheira de Salazar*; *Mário Soares – Uma Vida*; *Álvaro Cunhal – O Homem e o Mito*; *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*; *Só um Milagre nos Salva*; *De Abril à Troika – Quatro Décadas de Democracia que Transformaram Portugal*; *Francisco Pinto Balsemão – O Patrão dos Media que foi Primeiro-ministro*; *José Saramago – Rota de Vida*; e *História Libidínosa de Portugal*. Foi coautor de *Os Meus 35 anos com Salazar*; *Mataram o Rei! – O Regicídio na Imprensa Internacional*; *República em Portugal! – O 5 de Outubro Visto pela Imprensa Internacional*; *Nas Bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*; *150 Perguntas & Respostas Essenciais sobre a História de Portugal*; e *Caso Sócrates – O Julgamento do Regime*. Os seus mais recentes documentários foram *Insubmissa*, sobre Natália Correia, e *Música de Graça*, sobre Fernando Lopes-Graça.





Salazar foi um génio político como raramente houve em Portugal. O que conta para esta avaliação, que se pretende objetiva e não tem que ver nem com uma adesão ao salazarismo nem com a sua rejeição, é a forma como ascendeu ao poder, como o estabilizou e consolidou e como o manteve durante décadas. A sua longevidade na chefia daquilo que cunhou como «Estado Novo» nunca teria sido possível sem a ativa proteção do vasto aparelho repressivo que montou, desde uma feroz polícia secreta à proibição de partidos e da sua propaganda, ao condicionamento dos atos eleitorais, à censura ou à criação de leis de exceção para colocar e manter os adversários na prisão. O ditador soube manter a rédea curta sobre os portugueses com a folga suficiente para que não fossem tomados pela ânsia da revolta coletiva. Não foi apeado por uma revolução, mas pela queda de uma cadeira.

Joaquim Vieira

**OIÇO MUITAS VEZES DIZER AOS HOMENS DA MINHA ALDEIA: "GOSTAVA QUE OS PEQUENOS SOUBESSEM LER PARA OS TIRAR DA ENXADA". EU GOSTARIA BEM MAIS QUE ELES DISSESSEM: "GOSTARIA QUE OS PEQUENOS SOUBESSEM LER PARA PODEREM TIRAR MELHOR RENDIMENTO DA ENXADA".**

**ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR**

